

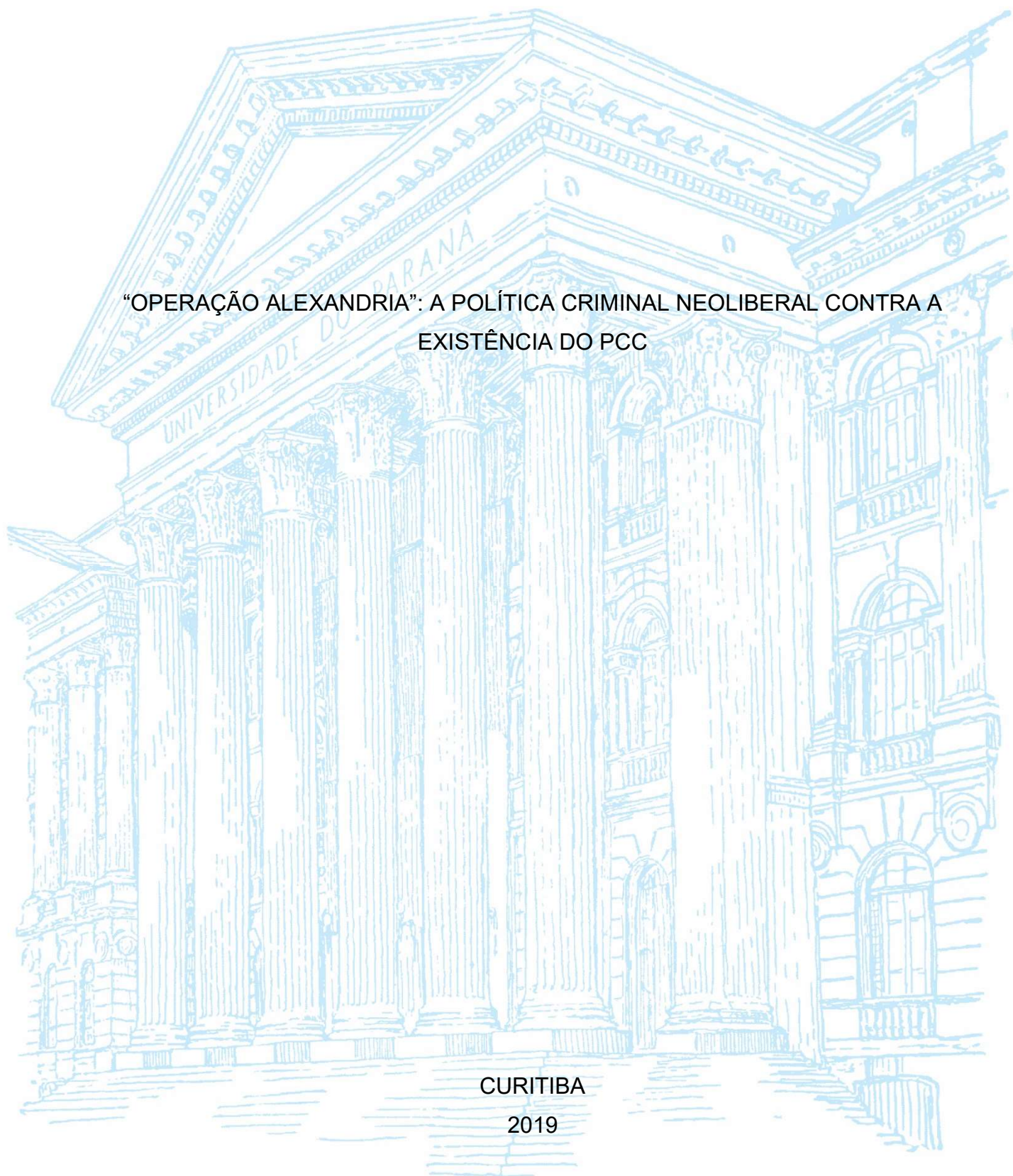
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO SALGADO DE ARAUJO BITENCOURT

“OPERAÇÃO ALEXANDRIA”: A POLÍTICA CRIMINAL NEOLIBERAL CONTRA A  
EXISTÊNCIA DO PCC

CURITIBA

2019



BRUNO SALGADO DE ARAUJO BITENCOURT

“OPERAÇÃO ALEXANDRIA”: A POLÍTICA CRIMINAL NEOLIBERAL CONTRA A  
EXISTÊNCIA DO PCC

TCC apresentado ao curso de Graduação em Direito,  
Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes da Silveira.

CURITIBA

2019





Dedico este trabalho à minha mãe, Deise, e à minha avó, Edina.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus amigos Ionny, Gabriel, Paula e Fernando pela companhia nestes cinco anos.

À Gustavo Guth, que tem grande responsabilidade no desenvolvimento da minha linha de pesquisa.

À Bruna Furlanetto Ferrari, que me apoiou durante toda a graduação.

Aos meus professores pelos ensinamentos.

Derrubar o muro... Bagunçar com tudo...

TIM BERNARDES

## **RESUMO**

A Operação Alexandria é a maior investigações policial contra o Primeiro Comando da Capital na história do estado do Paraná, resultando na expedição de 767 mandados de prisão contra suspeitos de integrarem a organização criminosa e em 31 denúncias criminais no ano de 2015. A partir de pesquisa jurisprudencial no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná utilizando o termo “Operação Alexandria” no campo de busca, este trabalho buscará compreender qual a postura adotada pelo Poder Judiciário acerca da existência do PCC, e averiguar acerca da possibilidade de se existir um “compromisso” institucional de combate à organização criminosa, proveniente da ideologia neoliberal, que justifique a expedição de mais de setecentos mandados de prisão. Se procederá uma revisão bibliográfica de estudos de cientistas sociais sobre as características peculiares do Primeiro Comando da Capital e sobre os impactos do neoliberalismo para a política criminal contemporânea, a fim de dar embasamento crítico ao trabalho.

Palavras-chave: Operação Alexandria. Primeiro Comando da Capital. Poder Judiciário. Política Criminal. Neoliberalismo.



## **ABSTRACT**

Operation Alexandria is the largest police investigation against the organized group “Primeiro Comando da Capital” in the history of the state of Paraná, resulting in the expedition of 767 arrest warrants against suspected terrorists of integrating the criminal organization and in 31 criminal complaints in the year of 2015. From a jurisprudential research on the website of the Court of Justice of the State of Paraná using the term "Operation Alexandria" in the search field, this work will seek to understand which posture is adopted by the Judiciary on the existence of the PCC, and find out about the possibility of an institutional "commitment" to combat criminal organization, originated by the neoliberal ideology, which justifies the dispatch of more than seven hundred arrest warrants. A literature review of studies by social scientists on the peculiar characteristics of the “Primeiro Comando da Capital” and on the impacts of neoliberalism on contemporary criminal policy will be carried out in order to give critical basis to work.

Keywords: Operation Alexandria. Primeiro Comando da Capital. Judiciary. Criminal Policy. Neoliberalism.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>O AUTORRECONHECIMENTO DO PCC .....</b>	<b>13</b>
2.1	A FORMAÇÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL .....	14
2.2	ORGANIZAÇÃO DO PCC E SEU CARÁTER TRANSCEDENTAL .....	20
2.3	O SIGNIFICADO DO PCC PARA SEUS MEMBROS.....	24
<b>3</b>	<b>“OPERAÇÃO ALEXANDRIA”: O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL SOB A ÓTICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.....</b>	<b>27</b>
3.1	MÉTODO.....	27
3.2	PROCEDIMENTO.....	27
3.3	RESULTADOS .....	28
3.3.1	“Do que se trata a Operação Alexandria?” .....	30
3.3.2	“Como o magistrado, em seu voto, conceituou o PCC?” .....	33
3.3.3	“Houve menção à forma de organização do PCC?” .....	35
3.3.4	“Quais as discussões jurídicas que aparecem no acórdão?” .....	38
3.3.4.1	Da existência de indícios de autoria (“ <i>fumus comissi delicti</i> ”).....	39
3.3.4.2	Da periculosidade concreta dos agentes (“ <i>periculum libertatis</i> ”).....	42
3.3.4.3	Do excesso de prazo para formação de culpa.....	44
<b>4</b>	<b>A EXISTÊNCIA DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL NO CONTEXTO DE UMA POLÍTICA CRIMINAL NEOLIBERAL .....</b>	<b>46</b>
4.1	O “COMPROMISSO” DO PODER JUDICIÁRIO NO COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS .....	47
4.1.1	A criação do “Gabinete Criminal de Crise” pelo TJPR .....	47
4.1.2	A suposta instituição do “Juiz sem Rosto” pela Lei nº 12.694/2012 .....	49
4.2	O PAPEL DO JUIZ EM UMA POLÍTICA CRIMINAL NEOLIBERAL .....	54
4.3	O JUIZ NEOLIBERAL CONTRA O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL .....	57
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em 17 de dezembro de 2015, a Polícia Civil do Paraná iniciou o cumprimento de 767 mandados de prisão contra suspeitos de integrarem “facção criminosa que atua de dentro e fora de presídios”<sup>1</sup>, dentre os quais 484 já se encontravam encarcerados. Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP-PR), a operação, batizada de “Operação Alexandria” foi a maior já realizada no país contra “essa facção criminosa”<sup>2</sup> até então.

Seu nome é inspirado na “Biblioteca Real de Alexandria”, famosa biblioteca do mundo antigo cujo acervo chegava a setecentos mil volumes<sup>3</sup>. A quantidade de material apreendido e analisado pela Polícia Civil também foi expressivo: foram 1,7 mil horas de gravações de interceptações telefônicas, o que totalizou 71 dias seguidos de ligações<sup>4</sup>.

Em razão disso, o Ministério Público do Paraná, em fevereiro de 2016, denunciou 778 pessoas “suspeitas de integrar organização criminosa”<sup>5</sup>, distribuídas em 31 denúncias criminais. Inclusive, dentre os suspeitos encontravam-se advogados supostamente responsáveis por entregar “mensagens de presos para o restante da quadrilha”<sup>6</sup>.

A organização criminosa em questão é o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção que teria se originado dentro dos presídios de São Paulo e chegado ao estado do Paraná já na década de 90<sup>7</sup>, de forma que, nos últimos anos, conseguiu se nacionalizar e interligar o mercado de drogas em todo o país, bem como as disputas do crime que antes eram restritas a contextos regionais<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> JUSTI, A.; VIANNA, J. **Polícia do PR cumpre 767 mandados contra facção que atua em presídios**. G1 PR. 17/12/2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/12/policia-do-pr-cumpre-757-mandados-contrafacao-que-atua-em-presidios.html>>. Acesso em 10/08/2019.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> **Você sabe qual a biblioteca mais antiga do mundo?** Portal PUCRS. 07/06/2010. Disponível em <<https://biblioteca.pucrs.br/curiosidades-literarias/voce-sabe-qual-a-biblioteca-mais-antiga-do-mundo/>>. Acesso em 10/08/2019.

<sup>4</sup> JUSTI, A.; VIANNA, J. **Polícia do PR cumpre 767 mandados contra facção que atua em presídios**. G1 PR. 17/12/2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/12/policia-do-pr-cumpre-757-mandados-contrafacao-que-atua-em-presidios.html>>. Acesso em 10/08/2019.

<sup>5</sup> **MP-PR denuncia 778 pessoas por integrarem organização criminosa**. G1 PR. 16/02/2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/02/mp-pr-denuncia-778-pessoas-por-integrarem-organizacao-criminosa.html>>. Acesso em 10/08/2019.

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> REDE TVT. **“Não tem como pensar em combater o PCC”**. 2019 (7m45s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=kjoFQdXpTU8>>. Acesso em 08/11/2019.

<sup>8</sup> MANSO, B. P. **A Guerra**. Revista Piauí, Brasil. 30/01/2017. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-guerra/>>. Acesso em 08/11/2019.

A suposta influência do PCC na criminalidade mostra-se como um desafio para o Poder Público. Em outras palavras, quais seriam os meios de combate mais eficientes à atuação da facção? Como já demonstrado, a Operação Alexandria surpreende numericamente: mais de 700 mandados de prisão preventiva expedidos contra suspeitos acusados de cometerem o crime de participar de organização criminosa.

O objetivo deste trabalho é estudar o que foi a Operação Alexandria, e como o Poder Judiciário, a partir da leitura dos acórdãos emitidos pelo Tribunal de Justiça no Paraná em recursos oriundos de alguns dos 31 processos referentes à operação, se posiciona frente a existência do PCC. Ou seja, se seria possível inferir que o Judiciário compartilha com os serviços de segurança pública da responsabilidade de combater a facção criminosa.

Desse modo, o primeiro capítulo terá como escopo introduzir o contexto social que se insere a Operação Alexandria: a existência do Primeiro Comando da Capital. Serão utilizados principalmente os trabalhos da socióloga Camila Caldeira Nunes Dias, do jornalista Bruno Paes Manso, e da antropóloga Karina Biondi, a fim de delimitar qual a dimensão do PCC não só no estado do Paraná, como também no país inteiro. Buscará se explicitar o que esses autores têm a dizer acerca da formação da facção criminosa, do modo de organização e atuação do PCC como coletivo, e qual o seu significado para seus membros.

Concluídas essas considerações iniciais, o segundo capítulo demonstrará o resultado da pesquisa sobre os acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná referentes à Operação Alexandria. A metodologia consistirá em pesquisa jurisprudencial no sítio eletrônico do TJPR, e serão separados trechos das decisões que demonstrem o que se trata a referida operação policial, como o magistrado relator conceituou o PCC, se houve menção ao modo de organização da facção criminosa, e quais as celeumas jurídicas que foram suscitadas e como foram resolvidas em cada acórdão.

Por fim, no terceiro capítulo se pretenderá problematizar esses resultados a partir de uma revisão bibliográfica dos trabalhos de Fábio Bozza, Jacson Luiz Zílio, Luís Carlos Valois e Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, acerca da atual conjuntura político-criminal neoliberal e da atuação dos magistrados dentro de um “Estado de Polícia”. Se demonstrará também outros exemplos concretos que induzem a um provável compromisso do Poder Judiciário no combate ao crime organizado, como a criação de “Gabinetes de Crise” e a instituição da figura do “Juiz Sem Rosto”. O capítulo procurará explicitar se é possível identificar elementos de cunho neoliberal no discurso dos acórdãos identificados.

## 2 O AUTORRECONHECIMENTO DO PCC

Em 01 de janeiro de 2017, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, o país presenciou o que seria o seu maior massacre de presidiários da história, totalizando, num único evento, 56 homicídios<sup>9</sup>. De acordo com as autoridades, o motim, encabeçado por integrantes da facção criminosa denominada Família do Norte (FDN), foi motivado pela rivalidade da facção com o Primeiro Comando da Capital (PCC), que possuía, naquela instituição, número menor de representantes. Em um dos vídeos que circularam via *Whatsapp*, um dos membros da FDN filmou, por meio de um aparelho celular, oito corpos sem suas cabeças jogados no pátio do presídio, ao mesmo tempo em que narrava “cheio de coração do PCC”<sup>10</sup>.

Cinco dias depois, em 06 de janeiro, o PCC também demonstrou sua força. Em Roraima, na Penitenciária Agrícola Monte Cristo, os integrantes da facção promoveram uma rebelião que resultou em 33 mortos. “Coração de FDN. O que fizeram com os nossos irmãos, nós vamos fazer pior”, descreveu um dos faccionados, também em um vídeo em que mostrava o coração de um membro da organização rival<sup>11</sup>.

Várias rebeliões começaram a eclodir pelo Norte e Nordeste do país após esses acontecimentos, todas aparentemente motivadas por uma “guerra” entre as facções. Segundo a reportagem de Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias, um áudio gravado no Ceará por um dos membros do PCC registrou uma assembleia, em que se preparavam para um eventual confronto. Um dos integrantes, de alcunha “Trovão”, atribuindo-se o papel de líder espiritual, puxou uma oração:

Ouve, Senhor, a Justiça. Ouve o meu clamor. Dá ouvidos a minha oração que não é feita por lábios enganosos. (...) Quanto a mim, contemplarei a tua face na justiça quando eu acordar. Amém, meus irmãos?”, ele grita. Os presos devolvem o “amém” do fundo dos pulmões, antes de começar o coro. “Qual o nosso lema?”, pergunta Trovão. “Paz, justiça, liberdade, igualdade e união para todos”, respondem os presos do PCC. “Crê em Deus porque Ele é...”, ele pergunta à massa, que grita em resposta: “justo!”<sup>12</sup>.

De acordo com Dias e Manso, o “efeito dominó” nos presídios foi aos poucos se acalmando, enquanto as cúpulas do crime organizado, utilizando-se de suas “diplomacias”,

---

<sup>9</sup> **Rebelião em prisão de Manaus deixa 56 mortos.** DW. 02/01/2017. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/rebeli%C3%A3o-em-pris%C3%A3o-de-manaus-deixa-56-mortos/a-36976308>> [Acesso em 08/05/2019.](#)

<sup>10</sup> PAES MANSO, B.; NUNES DIAS, C. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil.** São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018. p. 34.

<sup>11</sup> Ibid. p. 38

<sup>12</sup> Ibid. p. 44

buscavam resolver seus impasses para focar no que consideravam o inimigo principal, o Estado<sup>13</sup>.

Essa síntese das rebeliões que ocorreram no início do ano de 2017 tem o condão de introduzir a pergunta que este capítulo pretende responder: “o que é o PCC?”. Ao mesmo tempo em que seus membros promovem rebeliões e chacinas para demonstrar sua força como um coletivo, seja frente ao Estado ou à outra facção rival, a “paz”, a “justiça”, a “liberdade e a “igualdade” são ideais que estão frequentemente em seus discursos. Entender esta dicotomia é fundamental para compreender as premissas básicas do PCC e do seu significado para os indivíduos que guiam seus atos em prol desses ideais.

## 2.1 A FORMAÇÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

Segundo Karina Biondi, não é possível afirmar precisamente o evento que ocasionou o surgimento do Comando<sup>14</sup>. A versão que parece ser acatada pelos próprios presos, no entanto, é a publicada no livro “Cobras e Lagartos”, de Josmar Jozino, o qual atribui a data de 31 de agosto de 1993 como a de fundação do PCC, dentro do Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, uma das unidades prisionais com o sistema disciplinar mais rígido do estado de São Paulo<sup>15</sup>.

Tal nascimento, de acordo com Jozino, se deu por ocasião de uma partida de futebol entre o Primeiro Comando da Capital e o Comando Caipira, que, após uma confusão, acabou resultando na morte de dois integrantes deste grupo. Para se protegerem dos espancamentos promovidos pelas autoridades do presídio, os oito membros do time do Primeiro Comando formaram um pacto que consistia na reação de todos os presentes no caso de um deles ser punido<sup>16</sup>.

Gradativamente, tal união começou a ganhar mais detentos adeptos, de modo que a intenção passou a ser não só lutar contra os maus-tratos dos agentes penitenciários, mas também regulamentar a relação entre os próprios presos, para que possam viver em sintonia.

---

<sup>13</sup> Ibid. p. 45

<sup>14</sup> No decorrer de sua pesquisa, Karina Biondi coletou diferentes versões sobre a fundação do PCC: a de 1989, na Casa de Detenção do Carandiru, em 1991, em Araraquara, que se originou de outros grupos prisionais chamados Serpente Negra ou Guerreiros de David, ou que sua origem se deu por causa de uma partida de futebol; Cf.; BIONDI, K. **Junto e Misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010 p. 69.

<sup>15</sup> DIAS, C. N.; SALLA, F. A. **Organized crime in Brazilian prisons: the example of the PCC**. International Journal of Criminology and Sociology, v. 2, p. 397-408, 2013; p. 400

<sup>16</sup> BIONDI, K. **Junto e Misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010 p. 70.

A ideia era de que, somente com a união poderiam conseguir reivindicar melhores condições no sistema carcerário<sup>17</sup>.

Sérgio Adorno e Fernando Salla ressaltam que é possível relacionar a formação do PCC com a criação de unidades especiais de isolamento, como o Anexo da Casa de Custódia de Taubaté e o Regime Disciplinar Diferenciado<sup>18</sup>. Por muito tempo após a redemocratização do país no final da década de 80, persistiram as atividades clandestinas das organizações paramilitares, as prisões sem ordem judicial, a impunidade em relação à prática de tortura como forma de investigação em delegacias e o arbítrio na aplicação de normas regimentais dentro do cárcere<sup>19</sup>.

Nesse contexto, em 1993, na Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo, 111 detentos foram mortos durante uma intervenção policial que tinha como intuito controlar a rebelião que havia se instaurado em um dos pavilhões<sup>20</sup>. O acontecimento ficou conhecido como “Massacre do Carandiru” e obteve ampla repercussão nacionalmente e internacionalmente, o que culminou na condição do Brasil como réu na Corte Interamericana da Organização dos Estados Americanos, no desligamento da Casa de Detenção em 2002 e da criação da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP)<sup>21</sup>. Acerca do acontecimento, Manso cita o artigo 13º do Estatuto da fundação do PCC:

Temos que permanecer unidos e organizados para evitar que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção [...], massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura e massacres nas prisões<sup>22</sup>.

Soma-se isto à política de encarceramento em massa no estado de São Paulo promovida pelo governo Covas (1995-2001) com prosseguimento pelo governo Alckmin (2001-2006). A efetividade dessa política é demonstrada em números divulgados pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), a qual publicou que em 1992 havia cerca de 52 mil presos no estado distribuídos em 43 unidades, e, em 2002, a quantidade já era de 110

<sup>17</sup> JOZINO, Josmar. **Cobras e Lagartos**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2004.

<sup>18</sup> ADORNO, S.; SALLA, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61. p. 17.

<sup>19</sup> Ibid. p. 18.

<sup>20</sup> Biondi afirma que esse número é controverso, já que presos que sobreviveram ao massacre relataram que alguns corpos teriam sido retirados da Casa de Detenção por caminhões de lixo antes da contagem oficial. BIONDI, K. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010 p. 66.

<sup>21</sup> Ibid. p. 66.

<sup>22</sup> MANSO, B. P. A **Guerra**. *Revista Piauí*, Brasil. 30/01/2017. Disponível em < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-guerra/>>. Acesso em 08/11/2019.

mil presos em 80 unidades<sup>23</sup>. Pode-se observar esse fenômeno também a nível federal, pois de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça, a população carcerária em 2000 era de 211.953 detentos, já em 2006 o número quase dobrou, 401.236<sup>24</sup>. Os dados mais recentes divulgados pelo DEPEN datam de 2017, ano em que o número de presos atingiu o número de 726.354<sup>25</sup>.

Ao mesmo tempo em que o número de encarcerados em todo o país aumentava, as condições de insalubridade e as deficiências na administração dos presídios se aprofundava. Adorno e Salla atestam que em 1994, no estado de São Paulo, a proporção de um funcionário em relação aos presos era de 2,17, enquanto em 2006 era de um funcionário para 4,99 presos<sup>26</sup>.

No entanto, após o “Massacre do Carandiru”, ocorreu em São Paulo a desativação das carceragens em Cadeias Públicas e Distritos Policiais, bem como a construção de presídios distantes dos centros urbanos, o que fez com que esse crescimento exponencial passasse quase despercebido pelo resto da população<sup>27</sup>. Afirma Camila Nunes Dias, portanto, que é nesta época que o PCC começa a se expandir por entre os presídios, de modo que o que se percebe é um aumento gradativo, ano após ano, do número de rebeliões nas prisões<sup>28</sup>.

Mesmo com esses motins, a invisibilidade do PCC se dava também pela postura do Poder Público, que, em um primeiro momento, negou por completo sua existência<sup>29</sup>. Biondi pondera que, apesar das autoridades tratarem a facção como “um pequeno grupo de presos, sem expressão e com pouca influência dentro das cadeias”<sup>30</sup>, mesmo assim decidiram por transferir as lideranças para prisões de outros estados, o que, segundo Dias, apenas contribuiu para sua expansão<sup>31</sup>.

---

<sup>23</sup> Ibid. p. 66.

<sup>24</sup> ADORNO, S.; SALLA, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61, p. 21.

<sup>25</sup> Levantamento nacional de informações penitenciárias, atualização junho de 2017 / organização, Marcos Vinicius Moura – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. 2019 p. 8.

<sup>26</sup> Ibid. p. 22.

<sup>27</sup> BIONDI, K. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010 p. 67

<sup>28</sup> DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011 p. 165.

<sup>29</sup> BIONDI, K. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010 p. p. 72.

<sup>30</sup> Ibid. p. 73.

<sup>31</sup> DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 174.



As reivindicações dos detentos neste período inicial tinham caráter estrutural.<sup>32</sup> Reivindicava-se, por exemplo, o fechamento do Anexo de Custódia de Taubaté, em razão do tratamento desumano direcionado aos presos<sup>33</sup>. O aumento do número de fugas, assassinatos dentro do cárcere e de ações de resgate de detentos denunciavam o surgimento de uma organização com uma notável capacidade de planejamento, possibilitada pelos lucros provenientes do tráfico de drogas e de crimes como sequestros e roubos cometidos pelos seus membros em liberdade<sup>34</sup>.

Dias ressalta que, por se tratar de uma fase de consolidação e expansão do grupo, o uso exacerbado da violência física se fazia necessário, fundamental não só pelo aspecto instrumental, mas também pelo seu caráter simbólico para a demonstração de poder do grupo<sup>35</sup>. A execução do rival ou do traidor era feita de forma pública e dotada de simbolismos, eventualmente com sinais de extrema crueldade, como arrancar o coração de inimigos e furar os olhos de traidores<sup>36</sup>. Tais atitudes reiteravam o poder do líder e reforçavam um ideal de união, de uma irmandade formada com o intuito de fazer frente a uma realidade “marcada pela injustiça, pela violência e pela miséria”<sup>37</sup>.

É somente com a “megarrebelião” de fevereiro de 2001, considerada a primeira grande ação do grupo<sup>38</sup>, após 29 penitenciárias se rebelarem simultaneamente, é que o Primeiro Comando da Capital foi publicamente reconhecido. Em matéria na Folha de São Paulo, o então secretário da Administração Penitenciária do estado, Nagashi Furukawa, assumiu publicamente a existência do Comando<sup>39</sup>.

“(O PCC) é uma facção criminoso que existe há algum tempo e seus líderes são conhecidos”, disse.

Segundo Furukawa, a transferência dos líderes foi necessária por causa do aumento de rebeliões, tentativas de fuga e tráfico na Casa de Detenção.

“Os presos rebelados exigiam o retorno dos transferidos e o fim do CRP (Centro de Recuperação Provisória) de Taubaté. Não vamos atender isso nunca.”

A exposição só deixava o PCC cada vez mais forte, adquirindo prestígio e respeito na comunidade prisional, de forma que seus integrantes divulgavam a sigla e o número

---

<sup>32</sup> Ibid. p. 165.

<sup>33</sup> Ibid. p. 165.

<sup>34</sup> Ibid. p. 165.

<sup>35</sup> Ibid. p. 168.

<sup>36</sup> Ibid. p. 169.

<sup>37</sup> Ibid. p. 171.

<sup>38</sup> BIONDI, K. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010 p. 67.

<sup>39</sup> BUOSSI, M. **Secretário admite publicamente a existência do PCC**. Folha de São Paulo. 19/02/2001. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22556.shtml>> Acesso em: 09/05/2019.

15.3.3<sup>40</sup> o quanto podiam<sup>41</sup>. Biondi narra que, na época, qualquer menção à sigla PCC havia sido proibida em alguns jornais, revistas e emissoras de rádios e televisão<sup>42</sup>.

Enfim, em 2006, ocorreu a segunda “megarrebelião” promovida pela facção, que contou com a participação de 84 prisões pelo país todo, sendo, segundo Salla, a primeira vez em que uma crise penitenciária atingiu a vida da população extramuros. A cidade de São Paulo foi paralisada em 16 de maio de 2006, configurando-se, até então, como a maior crise de segurança pública do país<sup>43</sup>. Foram 299 ataques a órgãos públicos, 82 ônibus incendiados, 17 agências bancárias alvejadas a bombas, 42 policiais e agentes de segurança mortos e 38 feridos<sup>44</sup>.

Nas palavras de Biondi, “o que se pensava só existir nas prisões ou nos bairros periféricos ganhou visibilidade, por meio da violência, nas regiões centrais das cidades”<sup>45</sup>.

Sérgio Adorno e Fernando Salla explicam que o PCC foi capaz de construir uma sólida rede de apoio externa, entre outras razões, em razão da crise de segurança pública do Brasil. Enquanto o crime se modernizava, as políticas públicas de segurança continuavam as mesmas de três séculos atrás, obsoletas e incapazes de acompanhar as mudanças da sociedade<sup>46</sup>. Citam que na megarrebelião de 2001, os detentos se utilizaram de aparelhos celulares e centrais telefônicas clandestinas, “em uma sincronia jamais conhecida anteriormente”<sup>47</sup>.

Após 2006, as prisões paulistas passaram por uma fase de calmaria, fruto da consolidação do PCC na posição hegemônica no mundo da criminalidade, tanto dentro quanto fora das prisões<sup>48</sup>. Por conta disso, o partido começou a adotar métodos considerados mais racionais para a resolução de conflitos, como por exemplo, a instauração de “tribunais” mediados pelos “irmãos”<sup>49</sup>. De acordo com Dias, o poder dos líderes agora se confunde com o

---

<sup>40</sup> O número segue o “Alfabeto Congo”, na qual todas as letras são numeradas de acordo com a sua posição no alfabeto. O “P” é a décima-quinta letra, e o “C”, a terceira, de modo que P.C.C seria, neste alfabeto, 15.3.3.

<sup>41</sup> BIONDI, K. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010 p. 73.

<sup>42</sup> Ibid. p. 74.

<sup>43</sup> DIAS, C. N; SALLA, F. A. **Organized crime in Brazilian prisons: the example of the PCC**. International Journal of Criminology and Sociology, v. 2, p. 397-408, 2013. p. 403

<sup>44</sup> BIONDI, K. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010 p. 75

<sup>45</sup> Ibid. p. 76

<sup>46</sup> ADORNO, S.; SALLA, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61. p. 10.

<sup>47</sup> Ibid. p. 11.

<sup>48</sup> DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 174.

<sup>49</sup> Ibid. p. 175.

poder do PCC enquanto instituição garantidora de uma ordem, dona dos instrumentos de coerção e violência. Essa perda de individualidade será tema do próximo tópico.

O período que se segue é de grande instabilidade por conta dos conflitos entre as facções. Era de interesse da facção paulista controlar o mercado de drogas do Brasil, principalmente nos estados que fazem fronteira com o Paraguai, como o Paraná, regiões de ingresso de droga no país<sup>50</sup>. Para tanto buscou em um primeiro momento, fortalecer suas alianças com outros grupos criminosos, que eram maioria em outros estados, como o Primeiro Grupo Catarinense (PGC), e sua principal rival, a organização carioca Comando Vermelho (CV)<sup>51</sup>.

A estabilidade logo se dissipou quando o CV demonstrou se aliar com facções pequenas espalhadas por todo o país<sup>52</sup>. Esses grupos consideravam a postura do PCC arrogante, acusando-o de querer “mandar sozinho”<sup>53</sup>, principalmente após a facção paulista banir o crack dos presídios, o que prejudicou a renda de outros traficantes pelos estados.

Sendo assim, desde 2014, o PCC começou a recrutar o maior número de integrantes possível para se preparar para os conflitos que a partir daí viriam. As regras para o ingresso no grupo foram flexibilizadas<sup>54</sup> e, até o começo de 2018, o PCC havia ganhado 18 mil membros, sendo apenas 3 mil de São Paulo e 15 mil de outros estados. O Paraná é o terceiro estado com mais filiados do PCC, atrás apenas do Ceará e de São Paulo.<sup>55</sup>

O que viria a seguir foram as chacinas violentas do início do ano de 2017. A rivalidade entre as facções é uma das principais características do mundo do crime atualmente, e tem sido a causa de milhares de homicídios durante os anos, como sistematizam Manso e Dias<sup>56</sup>:

Essa rivalidade vazia, autodestrutiva e suicida, que se reinventa com o passar do tempo, segue produzindo milhares e milhares de mortes todos os anos. O grosso da violência são homicídios praticados a granel, em ruas escuras, de madrugada, que ocorrem sem o estardalhaço dos massacres e chacinas. São casos que quase nunca ficam isentos de desdobramentos. Produzem revolta e desejo de vingança dos

---

<sup>50</sup> PAES MANSO, B.; NUNES DIAS, C. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018. p. 21.

<sup>51</sup> Ibid. p. 16.

<sup>52</sup> Ibid. p. 18.

<sup>53</sup> Ibid. p. 21.

<sup>54</sup> “Em vez de exigir três padrinhos – espécie de fiadores que assumem a responsabilidade por eventuais deslizes do indicado, como ocorre em São Paulo -, um já seria suficiente. A “cebola”, nome dado à mensalidade que o PCC exige dos integrantes de fora das prisões, também foi reduzida.” PAES MANSO, B.; NUNES DIAS, C. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018. p. 18.

<sup>55</sup> Ibid. p. 19.

<sup>56</sup> Ibid. p. 237.

amigos dos mortos e têm um elevado potencial de multiplicação. Em 1980, foram cerca de 14 mil homicídios no Brasil. Atualmente, somadas, as mortes intencionais violentas já totalizam mais de 60 mil por ano (...).

## 2.2 ORGANIZAÇÃO DO PCC E SEU CARÁTER TRANSCEDENTAL

Após a megarrebelião de 2006, Adorno e Salla concluíram que as lideranças do PCC estavam sustentadas “em uma organização mantida por um quadro hierarquizado de funcionários disciplinados e obedientes, capazes de executar ordens sem questioná-las”<sup>57</sup>. As rebeliões que se deram de maneira sincronizada dentro e fora do cárcere mostrou a capacidade da facção para controlar o andamento simultâneo de inúmeros motins.

Dias conclui que o PCC conseguiu, após algumas mudanças e ajustes, a montar um modelo de gestão. Sua organização se dá através de um modelo hierárquico complexo, constituído a partir de focos de poder. A facção, então, é constituída por um núcleo central, composta por quatro escalões, ou “sintonias”. O escalão mais alto é chamado de “Sintonia Geral Final”, composto por 15 a 20 pessoas que detêm a “prerrogativa da palavra final”<sup>58</sup>. Logo abaixo tem-se a “Sintonia dos Estados e Países”, a depois as “Sintonias Estaduais”, como a “Sintonia do Paraná”. Na instância mais baixa estão os representantes das quebradas e prisões<sup>59</sup>.

O estado de São Paulo possui sua estrutura organizacional própria. Todo o seu território é composto por “Sintonias Locais”, conectadas à “Sintonia de São Paulo”, a qual está ligada diretamente à “Sintonia Geral Final”.

Cada sintonia é formada por um coletivo decisório, de modo que é vedada a decisão arbitrária por apenas um integrante. Além disso, sua composição não é estanque, de modo que um indivíduo pode fazer parte de várias sintonias ao mesmo tempo, bem como pode ser substituído com facilidade<sup>60</sup>.

Inclusive, cada unidade prisional e cada bairro controlados pelo PCC possuem um representante para conduzir os negócios e ser referência na resolução de conflitos<sup>61</sup>.

---

<sup>57</sup> ADORNO, S.; SALLA, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61. p. 9.

<sup>58</sup> DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 231.

<sup>59</sup> Dados provenientes da tabela “A Rede do PCC”, anexado ao final do livro “A Guerra”. PAES MANSO, B.; NUNES DIAS, C. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018. p. 334.

<sup>60</sup> Ibid. p. 334.

<sup>61</sup> Ibid. p. 14.

Há também a existência de “sintonias temáticas”, como a “Sintonia das Gravatas”, a qual é competente para a contratação de advogados; a “Sintonia da Ajuda” que distribui cesta básica a integrantes da facção, a “Sintonia de Cadastro”, responsável pelos registros de batismo; a “Sintonia do Bob”, encarregada do comércio da maconha; “Sintonia da 100%”, atuante na venda de cocaína pura, entre muitas outras<sup>62</sup>.

Dias e Manso destacam que a relação entre as sintonias é de colegialidade, e não de submissão, de forma que são espaços de discussão e reflexão conjunta. Contudo, cabe ressaltar que, conforme disse um dos detentos entrevistado pelos autores, a “Sintonia Geral Final é o STF”, pois é dela a competência para deliberar acerca de decisões estratégicas, como a morte de um criminoso importante ou um ataque ao Estado<sup>63</sup>.

Desse modo, a estrutura hierárquica piramidal, ou vertical, modo de organização presente desde o nascimento do PCC, foi substituído após a pulverização das lideranças que, segundo Biondi, foi promovida por Marcola. Inclusive, durante a CPI do Tráfico de Armas<sup>64</sup>, Marcola declarou:

Eu não tenho uma liderança. A partir do momento que eu distribuí, entenda, a partir do momento que foi dividido... acabou a estrutura “piramidal”. A partir do momento que acabou, a minha liderança também acabou (...)

O alcance do poder decisório de cada Sintonia pode ser auferido pela coletânea de “salves” presentes no livro “A Guerra” de Bruno Manso e Camila Nunes Dias. Veja-se, como exemplo, o “Salve Geral” da “Sintonia do Estado de Roraima”, que proibiu o consumo de crack em todo o sistema carcerário<sup>65</sup>:

Salve Geral/Unidade  
P.A.  
Nos a Sintonia Geral do Estado R.R.  
(...)  
Vim banir o crack e a base toda essa que escraviza o ser humano e o crime mudando sua personalidade, até mesmo o caráter de forma negativa, sendo assim nos da sintonia do estado de R.R.  
(...)  
Seja extinta a venda e uso do crack e base em todos sistema carcerário, e comarca e a unidade da P.A. Sabemos que a luta será grande, mas com a união de todos, teremos exeto.

---

<sup>62</sup> Ibid. p. 15.

<sup>63</sup> Ibid. p. 14.

<sup>64</sup> Disponível em <[https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos\\_camacho.pdf](https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf)> Acesso em: 10/05/2019.

<sup>65</sup> PAES MANSO, B.; NUNES DIAS, C. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018. p. 20.

Biondi marca a inserção do ideal “Igualdade” ao lema “Paz, Justiça e Liberdade” como a representação do fim do modelo hierárquico do PCC. Inclusive, a autora põe em questão o próprio termo “facção” ao se referir ao referido grupo, pois o conceito de tal palavra seria referente a grupos políticos, com membros instáveis e de duração incerta, mas cuja existência é centrada na figura de um líder<sup>66</sup>. Após o PCC aderir à “Igualdade”, todos os seus membros “correm lado a lado” e a sua formação não depende de uma liderança individual, por isso, para a antropóloga, a denominação facção estaria obsoleta.

Todavia, mesmo que todos sejam considerados iguais, há posições políticas dentro da organização que acabam por diferenciar seus integrantes. Dias ressalta que existe a posição de “companheiro” e de “irmão” dentro da organização, sendo estes últimos submetidos ao processo formal de “batismo”. Observa-se que existem critérios subjetivos para um “companheiro” ser batizado, como sua trajetória no comando, os crimes em que é especialista e a sua condição financeira.

Ainda, existem deveres de conduta básicos esperados pelos “irmãos”, sendo esperado que “saibam negociar”, que “possuam maleabilidade, capacidade argumentativa, discursiva, e discernimento para resolver da melhor maneira os inúmeros conflitos interpessoais de todos os tipos que eventualmente surjam nas localidades onde exercem a função política de mediação e regulação”<sup>67</sup>. Espera-se que possuam “coragem”, “ousadia” e “preparo para ações violentas destemidas”<sup>68</sup>, de forma que nunca devem se acomodar, buscando um comportamento ativo e competitivo.

Mas a validade do exercício político exercido por um “irmão” não se dá porque ocupa, teoricamente, um cargo “hierarquicamente superior”, mas sim pelo respeito conquistado por meio de suas habilidades<sup>69</sup>. Um “irmão” deve, sobretudo, ser humilde, não se considerar melhor que seus companheiros, e zelar pela paz e sintonia entre os presos, evitando agressões, estupros e abusos, sempre em consonância com o ideal da Igualdade.

Portanto, se, por um lado, um membro do PCC deve se sobressair frente aos demais para ser “batizado”, por outro deve compreender e praticar a “Igualdade”, sendo este inclusive um requisito para se tornar “irmão”<sup>70</sup>. Assim, a necessidade de se considerar todos como

---

<sup>66</sup> Biondi utiliza do conceito de facção elaborado por Ralph W. Nicholas, em 1977. BIONDI, K. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010 p. 126.

<sup>67</sup> DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 255.

<sup>68</sup> Ibid. p. 256.

<sup>69</sup> BIONDI, K. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010. p. 127.

<sup>70</sup> Ibid. p. 101.

iguais, mesmo que ocupem cargos políticos diversos, instaura “uma tensão que infiltra e percorre as capilaridades desta coletividade, implicando formações e supressões simultâneas de focos de poder, ao lado de construções e dissoluções simultâneas de hierarquias”<sup>71</sup>.

O termo “punição”, por exemplo, não faz parte do vocabulário do PCC, em substituição são usadas as palavras “consequência” e “cobrança”, de modo que dentro do presídio “nada é proibido, mas tudo vai ter consequência”<sup>72</sup>. Portanto, ao mesmo tempo que se cobra algum membro por suas atitudes em discordância com o ideal da igualdade, os “irmãos” usam de artifícios discursivos para dissolver a posição política que possuem, abolindo o termo “punição” ao sancionar algum integrante.

É necessário também que eles encaminhem as “cobranças” para as “torres”, assim chamadas as unidades prisionais das quais partem os “salves”, ou seja, as diretrizes, comunicados e recomendações para todas as demais unidades<sup>73</sup>. É vedado aos irmãos aplicarem as “cobranças” sem a permissão das torres, tendo em vista a vedação de se tomar atitudes isoladas.

Os próprios “salves”, segundo Biondi, apesar de serem emitidos por Sintonias ou unidade prisionais determinadas, não são vistos como “ordens” ou “decretos” pelos presos, pois as decisões dessas supostas instâncias superiores não são vistas como posições individuais, mas sim como manifestações do coletivo<sup>74</sup>. A antropóloga demonstra um trecho do discurso de Marcola, proveniente de seu depoimento à CPI do Tráfico, o qual afirma que os “salves” buscam manifestar o consenso de todos os integrantes<sup>75</sup>:

Alguém dá uma ideia, por exemplo. Alguém pensa, raciocina e fala: “Ô, gente, o que que vocês acham de a gente abolir o crack dentro da prisão?” Isso é mandado para todas as penitenciárias, todas as penitenciárias do Estado. [...] Aí os presos de todas as penitenciárias vão expor suas opiniões, contrárias ou a favor. Se a maioria foi a favor de se abolir o crack, o crack vai ser abolido, conforme o caso.

O que acontece, portanto, é uma perda de individualidade das decisões, e, consequentemente, as atitudes não são atreladas a um “irmão” em específico, mas sim às “torres” ou às “Sintonias”<sup>76</sup>. Por isso é que Biondi considera uma das características fundamentais do PCC o seu caráter transcendente, ou seja, o grupo criminoso não se mantém

---

<sup>71</sup> Ibid. p. 109.

<sup>72</sup> Ibid. p. 135.

<sup>73</sup> Ibid. p. 123.

<sup>74</sup> Ibid. p. 138.

<sup>75</sup> Ibid. p. 138.

<sup>76</sup> Ibid. p. 221.

por meio de vínculos territoriais estáveis, mas sim pela existência de uma espécie de força autônoma, que faz com que a organização esteja presente, não importando quem sejam os “irmãos” ou se eles estão ou não presentes<sup>77</sup>.

Por outro lado, essa transcendência só se mantém também por causa desses processos de dissociação do individual e associação com o grupal. Quando, por exemplo, um “irmão” cobra o outro ele o faz com o aval das “torres”, como já explanado. O que acontece nessa ocasião é um deslocamento das relações de hierarquia do plano das relações individuais para o plano transcendental. O PCC está “acima” dos seus membros, não em nenhum indivíduo ou território específico, e é a submissão a essa força que possibilita a existência dos laços que os unem<sup>78</sup>.

### 2.3 O SIGNIFICADO DO PCC PARA SEUS MEMBROS

Procurando entender quais os motivos que levaram os presidiários a se juntarem à facção assim que ela surgiu, Adorno e Salla listaram três elementos: o “medo”, o “cálculo” e a “resignação”.<sup>79</sup>

O “medo” se relaciona com a permanente ameaça de violência física que predominava no ambiente carcerário, seja proveniente das autoridades, seja proveniente dos seus colegas detentos. Não raro era a ocorrência de estupros, agressões uns contra os outros ou de execuções durante rebeliões.

Quanto ao espectro do “cálculo” de vantagens, o PCC surgiu como um instrumento de autoproteção dos encarcerados frente ao ambiente altamente hostil em que são confinados, bem como um recurso de assistência material não só para eles, mas para suas famílias. Adorno cita que, no Estatuto, o PCC é regido pelos ideais da “lealdade”, “solidariedade” e “união” na luta contra as injustiças e opressões promovidas pelo Estado. Trata-se, assim, de uma organização “impregnada de rígidos valores”<sup>80</sup>.

Por fim, a “resignação” diz respeito à submissão dos presos a esses valores, o que os levaram a construir uma percepção de pertencimento naquele grupo, formando relações de solidariedade entre os presos.

---

<sup>77</sup> Ibid. p. 212.

<sup>78</sup> Ibid. p. 216.

<sup>79</sup> ADORNO, S.; SALLA, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61. p. 16.

<sup>80</sup> Ibid. p. 17.



Biondi cita algumas das regras elaboradas e seguidas por todos os presos, como por exemplo: “fazer doações para quem não recebe visitas”; “compartilhar suas coisas com os companheiros de cela”; “não se envolver em discussões”; “não roubar nada de outro preso”; “não olhar a visita”; “nunca agredir ninguém”, entre outras<sup>81</sup>.

Dessa forma, o PCC não apenas organiza o crime, como também as relações que os presos travam entre si e com o mundo exterior<sup>82</sup>, possuindo uma disciplina e valores próprios a que seus próprios membros se sujeitam.

O discurso do PCC era inovador, pois procurava legitimar seus crimes em nome dos “oprimidos pelo sistema”, de modo que o crime começou a se articular em torno de uma ideologia. Segundo Dias e Manso, uma das máximas do PCC é que “o crime fortalece o crime”, e que os criminosos deveriam se organizar em prol de si mesmos e contra um inimigo em comum: o Estado<sup>83</sup>.

No entanto, Adorno ressalta que essa busca de justiça promovida pelo PCC não possui verdadeiramente a intenção de construir uma nova sociedade baseada na igualdade e na democracia, mas sim propulsionar seus próprios negócios, com o domínio do mercado de drogas e das rotas de comércio<sup>84</sup>.

Seja como for, fato é que muitas transformações na vida no cárcere ocorreram após o surgimento do PCC. Observa-se, por exemplo, o trecho do depoimento do “Pastor Adair”, então encarcerado, obtido no documentário “O Prisioneiro da Grade de Ferro”, de Paulo Sacramento, em 2003<sup>85</sup>:

Eu não faço apologia do crime, mas antes de existir o PCC, os presos sofriam muito. Sofriam porque eram quadrilhas rivais. E existia muita extorsão, estupro, mortes banais. Mas quando eu conheci, no ano de 88, o Partido, eu como Pastor... eu comecei a observar o meio deles trabalhar, e vi que a cadeia mudou.

Ficou explícito ao longo deste capítulo que o PCC, por meio de trechos de “salves” ou de relatos de seus integrantes recheados de expressões como “nossa luta”, “paz”, “igualdade”, “justiça” e “liberdade”, diz “eu existo”. Os sociólogos e antropólogos também afirmam no mesmo sentido, e atestam que a existência do grupo transcende a dos indivíduos

---

<sup>81</sup> BIONDI, K. **Tecendo as Tramas do Significado**: As Facções Prisionais enquanto Organizações Fundantes de Padrões Sociais. In: GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza. p. 321.

<sup>82</sup> Ibid. p. 325.

<sup>83</sup> PAES MANSO, B.; NUNES DIAS, C. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018. p. 20. p. 12.

<sup>84</sup> ADORNO, S.; SALLA, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61 p. 24.

<sup>85</sup> BIONDI, K. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010. p. 71.

que o compõe. Configurando-se como uma força impregnada de rígidos valores e capaz de organizar uma parte significativa do mundo do crime, o próximo passo dessa pesquisa é analisar como o direito e o Poder Judiciário lidam com sua existência.

### **3 “OPERAÇÃO ALEXANDRIA”: O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL SOB A ÓTICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

#### **3.1 MÉTODO**

A pesquisa apresentada neste capítulo objetiva identificar a presença do “Primeiro Comando da Capital” no âmbito das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, com o intuito de auxiliar na compreensão do que é o PCC e como os operadores do direito dentro das instâncias de poder lidam com a existência da facção.

Em busca de delimitar o campo da pesquisa, serão analisadas apenas decisões referentes à “Operação Alexandria”, não só por se tratar de uma operação que possui o estado do Paraná como marco territorial, mas também pela sua alta relevância tendo em vista os mais de 700 suspeitos de integrarem o PCC denunciados pelo Ministério Público em decorrência das investigações. Portanto, os acórdãos a seguir expostos serão oriundos apenas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sendo assim, o olhar direcionado ao texto judiciais será estritamente analítico, procurando localizar o termo “PCC”, o conceito apresentado pelo magistrado, o seu significado, e, por se tratar de um trabalho de direito, as celeumas jurídicas que dele decorrem.

Importa esclarecer que não pretende a pesquisa resultar em críticas direcionadas ao mérito dos julgados penais, ou estabelecer um juízo de valor em como cada magistrado conduz suas decisões, nem mesmo questionar suas índoles. Também se pretende se esquivar de constatações absolutas, mantendo-se sempre no objeto delimitado.

#### **3.2 PROCEDIMENTO**

No site oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em Consultas/Jurisprudência/Pesquisa de Jurisprudência<sup>86</sup>, foi inserido nos critérios de pesquisa na seção “pesquisa detalhada” o termo “Operação Alexandria”, a ser procurado “na ementa e na íntegra do acórdão”, tendo em vista que o buscador admite a pesquisa também em “ementa” ou “íntegra do acórdão”.

---

<sup>86</sup> Pesquisa realizada no sítio eletrônico <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/>> em 15/08/2019.

A fim de delimitar o campo dos resultados possíveis, o âmbito selecionado foi somente “em 2º Grau” e o tipo de decisão apenas “Acórdão”, sendo excluídas as decisões monocráticas e as que versavam sobre competência.

Quanto ao lapso temporal escolhido, considerou-se como ideal o tempo de um ano, a contar da data de julgamento do acórdão entre 01/01/2017 a 01/01/2018. Tal marco foi o escolhido por ser um meio-termo entre a data da expedição dos 767 mandados de prisão preventiva dos suspeitos de integraram o Primeiro Comando da Capital, 17 de dezembro de 2015, e a presente data, bem como é o lapso temporal que engloba o julgamento de recursos em sentido estrito apresentados pelo Ministério Público do Estado do Paraná contra a concessão de liberdade provisória outorgadas por magistrados de 1º grau à alguns dos suspeitos denunciados.

Por fim, foi adicionado ao campo “Órgão Julgador” a “5ª Câmara Criminal”, tendo em vista a sua atribuição para julgamento de “infrações penais relativas a tóxicos e entorpecentes” e “demais infrações penais”, bem como por se tratar da Câmara em que todos os recursos relativos à Operação Alexandria são encaminhados por prevenção<sup>87</sup>.

Realizada a pesquisa, procedeu-se a leitura integral de cada acórdão selecionado, a fim de preencher os seguintes questionamentos: “Do que se trata a Operação Alexandria?”; “Como o magistrado, em seu voto, conceituou o PCC?”; “Houve menção à forma de organização do PCC, identificadas nos termos “irmãos”, “batismos” e “sintonias”, no voto em questão?”; “Quais as discussões jurídicas presentes no acórdão?”; “Houveram divergências entre os acórdãos? Se sim, quais?”.

Ainda, foram separados trechos paradigmáticos dos acórdãos, considerados relevantes para responder os questionamentos supracitados, os quais serão a seguir expostos.

### 3.3 RESULTADOS

---

<sup>87</sup> Competência estabelecida pelo art. 92, inciso III do Regulamento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná. Disponível em <[https://www.tjpr.jus.br/regimento-interno?p\\_p\\_id=101\\_INSTANCE\\_sB4jWlQ0S1qA&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-1&p\\_p\\_col\\_pos=1&p\\_p\\_col\\_count=2&a\\_page\\_anchor=20774190](https://www.tjpr.jus.br/regimento-interno?p_p_id=101_INSTANCE_sB4jWlQ0S1qA&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&a_page_anchor=20774190)>. Acesso em: 30/08/2019.

A partir do procedimento acima descrito, foram localizados 44 (quarenta e quatro) acórdãos, sendo que 27 (vinte e sete) não estão disponíveis para consulta pública, em razão de estarem em Segredo de Justiça<sup>88</sup>.

Das 17 (dezessete) decisões disponíveis, 8 (oito) são em sede de Recurso em Sentido Estrito, 7 (sete) de *Habeas Corpus*, 1 (uma) de Agravo em Sentido Estrito, e 1 (uma) de Apelação.

Todos os 8 (oito) Recursos em Sentido Estritos foram interpostos pelo Ministério Público do Estado do Paraná contra decisões dos juízos de primeiro grau que concederam a liberdade provisória à presos preventivos em razão da “Operação Alexandria”<sup>89</sup>. O conteúdo e o resultado destes acórdãos se mostraram divergentes em certos aspectos, o que será apresentado e explicado em detalhe a seguir.

Quanto aos temas abordados pelos 7 (sete) acórdãos de *Habeas Corpus*, 1 (um) apenas cita a “Operação Alexandria” em sua fundamentação, de modo que o réu não era suspeito de integrar a facção PCC<sup>90</sup>; 1(um) não foi conhecido em razão de falta de instrução do pedido<sup>91</sup>, e 5 (cinco) versam sobre pedido de relaxamento da prisão preventiva em razão de excesso de prazo para conclusão da ação penal<sup>92</sup>.

Destes cinco, apenas 1 (um) apresenta em seu texto decisório explicação do contexto da “Operação Alexandria”, de forma a entrar no mérito acerca da atuação criminosa do PCC,

---

<sup>88</sup> O Segredo de Justiça está disciplinado no art. 189 do Código de Processo Civil, o qual dispõe o seguinte: “Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos: I – em que exija o interesse público ou social; II – que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes; III – em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade; IV – que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores”.

<sup>89</sup> Os processos referentes aos Recursos em Sentido Estrito são os de nº 1.709.005-6; nº 1.587.194-0; nº 1.590.306-5; nº 1.625.801-6; nº 1.643.380-0; nº 1.654.163-6; nº 1.711.264-6; e nº 1.714.140-3.

<sup>90</sup> O Acórdão diz respeito ao cometimento de roubo majorado e adulteração de placa de veículo. No pedido de *Habeas Corpus*, a defesa mencionou a “Operação Alexandria” devido à demora de prolação da sentença pela 8ª Vara Criminal de Curitiba, a qual estaria com grande volume de trabalho em razão da Operação. A 5ª Câmara Criminal não considerou como constrangimento ilegal, e denegou a ordem. Cf.; PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ***Habeas Corpus* nº 1722576-8**. Curitiba. Relatora: Desembargadora Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. 14/09/2017. Disponível em <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12433462/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1722576-8>>. Acesso em: 15/08/2019.

<sup>91</sup> No *Habeas Corpus* foi pedido o trancamento da ação penal por ausência de justa causa. De acordo com o acórdão, a impetrante foi intimada a instruir o *writ*, “quedando-se silente”. Desse modo, a 5ª Câmara, com respaldo no artigo 304 do Regimento Interno do TJPR, não conheceu a ordem. Cf.; PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ***Habeas Corpus* nº 1744855-8**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 07/12/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12475915/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1744855-8>>. Acesso em: 15/08/2019.

<sup>92</sup> Os processos referentes aos *Habeas Corpus* citados neste parágrafo são os de nº 1.743.257-8; nº 1.710.534-9; nº 1.724.877-8; nº 1.712.212-6.

sendo essas circunstâncias consideradas relevantes para o julgamento da ordem de *Habeas Corpus*<sup>93</sup>. Por razões práticas este será o único efetivamente analisado no decorrer deste capítulo.

O Agravo de Execução Penal<sup>94</sup> foi interposto pelo Ministério Público do Estado do Paraná em face de concessão de livramento condicional ao recorrido sob o fundamento de que este possuiria mandado de prisão preventiva expedido pela 8ª Vara Criminal de Curitiba no processo da “Operação Alexandria” pela prática do delito de integrar organização criminosa.

A Apelação Criminal<sup>95</sup> diz respeito a insurgência ministerial de reforma de decisão de absolvição sumária por atipicidade da conduta, concedida em favor de suspeitos de integrarem o corpo de advogados da “Sintonia das Gravatas”. O acórdão traz detalhado relatório sobre o histórico do PCC, bem como de sua organização interna, motivo pelo qual será dissecado mais à frente.

Em suma, dos 44 (quarenta e quatro) acórdãos localizados, apenas 11 (onze) se mostraram úteis para responder os questionamentos supracitados no tópico “Procedimento”, cujas respostas serão apresentadas nos próximos subtópicos.

### 3.3.1 “Do que se trata a Operação Alexandria?”

As investigações da “Operação Alexandria” tiveram início em agosto de 2014 pelo Centro de Operações Especiais da Polícia Civil do Estado do Paraná (COPE), após a prisão em flagrante de T.J.S.<sup>96</sup> pelo delito de uso de documento falso. Em seu poder, constava uma agenda com números de telefone de “membros pertencentes ao PCC, com a alcunha de seus

---

<sup>93</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. *Habeas Corpus* nº 1745695-6. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 14/12/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12477195/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1745695-6>>. Acesso em: 15/08/2019.

<sup>94</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. *Recurso de Agravo em Execução Penal* nº 1737608-8. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 07/12/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12475903/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1737608-8#>>>. Acesso em: 15/08/2019.

<sup>95</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. *Apelação Criminal* nº 1671833-7. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 14/09/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12427765/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1671833-7#>>>. Acesso em: 15/08/2019.

<sup>96</sup> Os nomes originais dos réus não serão indicados, mesmo sendo pública a consulta dos acórdãos, de sorte que foram substituídos por siglas aleatórias.

titulares”<sup>97</sup>, assim como escritos que remetiam a funções exercidas por estes indivíduos dentro da facção<sup>98</sup>.

A Polícia Civil realizou a interceptação telefônica destes numerais mediante autorização judicial, e passou a monitorar os membros da organização criminosa e egressos do sistema prisional. A investigação originou 2.000 (duas mil) páginas de relatório policial, “bem como identificação de 700 (setecentos) indivíduos ligados à organização criminosa PCC – Primeiro Comando da Capital”<sup>99</sup>.

A partir destas interceptações, segundo o acórdão referente ao Recurso em Sentido Estrito nº 1.590.306-5, as autoridades obtiveram as seguintes informações:

Também foram observadas as atividades organizacionais do “PCC” efetuadas através de ligações telefônicas, conferências conduzidas pela cúpula da facção, julgamentos e punições, administração e captação de recursos, divisão de tarefas e funções, dentre outros. Nesta linha foram identificados membros participantes e excluídos da organização criminosa, através dos áudios interceptados diante das cerimônias de “batismo” realizados por telefone e repassados os dados pessoais a membros da facção<sup>100</sup>.

Dentre as mensagens telefônicas realizadas, cita-se a conversa de P.T.O. e A.F.G., o qual o primeiro afirma que “(...) se a polícia entrar no estabelecimento e passar a oprimir os irmãos, a resposta virá do Estado inteiro, tanto nos presídios quanto na rua, entre os faccionados livres”<sup>101</sup>.

Em outra ocasião, L.R.O. telefona para I.G.S. questionando se este possuiria uma arma de fogo, visto que estaria “sem armas para realizar assaltos e sem drogas para comercializar”. Então I.G.S. se queixa que os “irmãos” não estariam dando o devido “fortalecimento”<sup>102</sup>.

---

<sup>97</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. *Habeas Corpus* nº 1745695-6. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 14/12/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12477195/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1745695-6>> Acesso em: 17/08/2019.

<sup>98</sup> A documentação citada é referente ao Inquérito Policial nº 0013971-07.2014.8.16.0013, conforme indicam os acórdãos.

<sup>99</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. *Recurso em Sentido Estrito* nº 1590306-5. Curitiba. Relator: Juiz Ruy Alves Henriques Filho. 27/07/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12398856/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1590306-5>> Acesso em: 17/08/2019.

<sup>100</sup> Ibid.

<sup>101</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. *Habeas Corpus* nº 1745695-6. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 14/12/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12477195/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1745695-6>> Acesso em: 17/08/2019.

<sup>102</sup> Ibid.

Por fim, cita-se a reunião telefônica entre integrantes do PCC de vários estados, ocasião em que K.W.Z. orienta que “nas negociações de drogas os gestores devem selecionar ‘irmãos’ responsáveis pela condução do trabalho, para que não ocorra perda da mercadoria.”<sup>103</sup>.

As investigações policiais conduziram à prisão da faccionada P.S.F., uma das responsáveis pelo funcionamento da “Sintonia das Gravatas”, atuando na gestão de advogados à serviço do PCC, e em seu poder foram apreendidos 10 (dez) cadernos<sup>104</sup> com “vários nomes e outras anotações referentes à facção criminosa”<sup>105</sup>.

Do mesmo modo, a Guarda Municipal de Araucária apreendeu 6 (seis) cadernos pertencentes à S.U.L., o qual supostamente exercia a função de “gerente financeiro” do Primeiro Comando da Capital. Ainda, foi efetuada a prisão de O.P.S., responsável pela administração de atividades criminosas, de modo que, com ele, foi apreendido “anotações relativas ao recrutamento de novos faccionados para matar agentes penitenciários no Paraná”<sup>106</sup>.

Por fim, o voto do magistrado no *Habeas Corpus* nº 1.745.695-6 faz uma última consideração acerca dos resultados das investigações da Operação Alexandria, qual seja:

Desvendou-se, ainda, que o P.C.C. agia em um prédio comercial no ramo hoteleiro (Regente Hotel) situada no centro de Curitiba, sob o controle de I.F.D., região frequentada por meretrizes, traficantes e usuários de drogas<sup>107</sup>.

A partir da análise do material presente nos 17 (dezessete) cadernos apreendidos, foram identificados mais de 700 nomes de supostos integrantes da facção criminosa, o que culminou, em 25 de maio de 2015, na decretação da prisão preventiva de centenas de investigados, e, em fevereiro de 2016, nas 31 denúncias de 778 suspeitos de integrar a facção criminosa “PCC”, as quais tramitam atualmente na 8ª Vara Criminal de Curitiba.

---

<sup>103</sup> Ibid.

<sup>104</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1590306-5**. Curitiba. Relator: Juiz Ruy Alves Henriques Filho. 27/07/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12398856/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1590306-5>> Acesso em: 17/08/2019.

<sup>105</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1587194-0**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 09/02/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12296337/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1587194-0>> Acesso em: 17/08/2019.

<sup>106</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Habeas Corpus nº 1745695-6**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 14/12/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12477195/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1745695-6>> Acesso em: 17/08/2019.

<sup>107</sup> Ibid.



### 3.3.2 “Como o magistrado, em seu voto, conceituou o PCC?”

O acórdão da Apelação nº 1.671.833-7 inicia seu relatório com citação direta da denúncia ministerial, a qual elaborou o tópico “I. Da Organização Criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).<sup>108</sup>

A narrativa apresentada pelo Ministério Público considera o ano de 1993 como ano de fundação do PCC, na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, após integrantes de um time de futebol de campeonato interno do presídio assassinares dois jogadores do time adversário e, conseqüentemente, firmarem um pacto em que a punição de um dos integrantes enfrentaria a reação dos demais.

De acordo com o texto da Promotoria, o PCC nunca teve o objetivo de melhorar as condições de vida dos presidiários, mas sim controlar o sistema carcerário e a criminalidade dentro e fora das prisões:

Desde o início assentada na falsa premissa de reivindicação em face das precárias condições do sistema prisional, a organização criminosa visava dominar o sistema carcerário, controlar a massa carcerária e monopolizar as atividades criminosas dentro e fora das unidades prisionais<sup>109</sup>.

Em busca de desarticular a organização do PCC, o estado de São Paulo em 1998 decidiu transferir seus integrantes para unidades prisionais de diferentes estados. De acordo com o Ministério Público, para o estado do Paraná foram transferidos os membros “Geleirão”, “Cezinha” e “Miza”, os quais iniciaram a organização criminosa em solo paranaense.

Esses líderes, em julho de 2001, organizaram uma rebelião na Penitenciária Central do Estado (PCE) com a participação de 300 presos, o que resultou na morte de três detentos e de um agente penitenciário.

Destacou-se o ano de 2006 como o marco em que o PCC consolidou sua organização estrutural, sendo responsável pela sua maior demonstração de força até aquele momento, “com uma série de atentados abarcando disparos de arma de fogo e arremesso de explosivos contra estações policiais, agências bancárias e edifícios públicos, queima de ônibus e

---

<sup>108</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Apelação Criminal nº 1671833-7**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 14/09/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12427765/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1671833-7>>. Acesso em: 19/08/2019.

<sup>109</sup> Ibid.

homicídios de agentes da segurança pública”<sup>110</sup>. Seis das setenta e cinco rebeliões em estabelecimentos prisionais naquele ano ocorreram no estado do Paraná.

Também foram relatadas as seguintes rebeliões no estado paranaense: a do ano de 2010 na Penitenciária Central do Estado (PCE), que resultou em sete presos mortos, alguns deles “decapitados e carbonizados” e vinte feridos; e a dos anos de 2013 e 2014, em que ocorreram rebeliões em todo o território paranaense, incluindo a Penitenciária Estadual de Piraquara II (PEP II), a Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF), a Penitenciária Estadual de Cascavel, a Penitenciária Estadual de Maringá e a Penitenciária Estadual de Guarapuava, as quais tiveram como saldo a morte de diversos agentes penitenciários, destacando-se as “determinações das lideranças e difusão a todos os integrantes de ordens para ações violentas em todas as regiões do estado como represália ao combate que as forças de segurança pública vêm travando com seus integrantes”<sup>111</sup>.

Dessa forma, o Ministério Público do Estado do Paraná afirmou que o PCC é uma “realidade” e o considerou como uma organização de alto grau de periculosidade, como se denota:

A presença do Primeiro Comando da Capital no Estado do Paraná não só é uma realidade, como compõe uma séria ameaça à segurança e tranquilidade da população já que a organização criminosa encontra-se em exponencial expansão, aqui estando concentrado o segundo maior contingente de membros, atrás apenas do estado de origem<sup>112</sup>.

Já no Recurso em Sentido Estrito nº 1.587.194-0, o acórdão apresenta trecho da decisão de prisão preventiva em desfavor da parte recorrida, emitida pelo juízo de 1º grau, o qual afirma que o PCC “trata-se da mais perigosa organização criminosa em atividade no país, operando há mais de duas décadas em todo o território nacional”<sup>113</sup> e que “opera como um verdadeiro poder paralelo, estabelecendo normas e regras de condutas próprias, estendendo sua esfera de influência tanto dentro quanto fora dos presídios”<sup>114</sup>.

---

<sup>110</sup> Ibid.

<sup>111</sup> Ibid.

<sup>112</sup> O Ministério Público afirma que no mês de julho de 2014, o PCC contava com 862 membros no estado do Paraná, 1.007 membros em novembro do mesmo ano, e, segundo dados mais atualizados, 1.390 (mil trezentos e noventa) membros. Cf.; Ibid.

<sup>113</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1587194-0**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 09/02/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12296337/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1587194-0>> Acesso em: 19/08/2019.

<sup>114</sup> Ibid.

Observa-se que os acórdãos associam a existência do PCC ao cometimento de outros ilícitos, principalmente ao tráfico de drogas e ao assassinato de servidores públicos, de modo a atribuírem à facção criminosa o status de “perigosa”. O seguinte trecho do *Habeas Corpus* nº 1.745.695-6 resume o motivo para tal atribuição:

In casu, ao cabo das averiguações policiais, apurou-se que o “comando” desenvolve suas atividades ilícitas, controlando várias unidades prisionais, angariando fundos através de atividades ilícitas, principalmente o tráfico de drogas, inclusive dentro dos presídios.

Da mesma forma, conclui-se a participação de suas integrantes em várias rebeliões ocorridas no sistema penitenciário do Estado do Paraná, com direcionamento de advogados para atendimento e gerenciamento das rebeliões<sup>115</sup>.

Portanto, a procura de responder o questionamento “como o magistrado conceituou o PCC”, concluiu-se que, dos 11 acórdãos analisados, 7 apresentaram a seguinte constatação:

Como se sabe, o PCC é uma organização complexa, cujos faccionados são responsáveis pela prática de crimes violentos (roubo e homicídio) e de tráfico de drogas e armas, caracterizando, destarte, a intensa periculosidade de todos os seus membros<sup>116</sup>.

### 3.3.3 “Houve menção à forma de organização do PCC?”

No acórdão referente à Apelação nº 1.671.933-7, observa-se na denúncia apresentada pelo Ministério Público trecho do Estatuto do Primeiro Comando da Capital, que menciona o respeito dos “irmãos que forem batizados” à hierarquia da facção, como se observa:

Art. 12º - O Comando não tem limites territorial, todos irmãos que forem batizados são componentes ao Primeiro Comando da Capital, independentemente do estado ou país, todos devem seguir nossa disciplina, hierarquia e estatuto<sup>117</sup>.

---

<sup>115</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. *Habeas Corpus* nº 1745695-6. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 14/12/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12477195/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1745695-6>> Acesso em: 19/08/2019.

<sup>116</sup> Os acórdãos que constam o trecho citado são os de nº 1.587.194-0; nº 1.643.380-0; nº 1.654.163-6; nº 1.711.264-6; nº 1.714.140-3; nº 1.745.695-6; e nº 1.737.608-8.

<sup>117</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. *Apelação Criminal* nº 1671833-7. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 14/09/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12427765/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1671833-7>>. Acesso em: 19/08/2019.

Inclusive, em seu artigo 3º, o Estatuto afirma a existência de hierarquia:

Art. 3º - Todos os integrantes do Comando tem direito de expressar suas opiniões e tem o dever de respeitar a opinião de todos, sabendo que dentro da organização existe uma hierarquia (...)

Após, utilizando-se dos dados coletados na Operação Alexandria, o Ministério Público apresenta a forma da organização da facção, a qual divide as funções de acordo com a sua natureza e localização geográfica.

Foi mencionada a “Geral do Estado”, que seria a cúpula da organização no âmbito estadual, com contato direto com a cúpula nacional, sendo responsável por “administrar, organizar e difundir a organização criminosa, visando disseminar sua ideologia e angariar novos membros”<sup>118</sup>; a “Geral do Sistema”, cuja atribuição é administrar os integrantes do PCC dentro das unidades prisionais; a “Geral da Rua”, formada por integrantes eleitos pela cúpula exercem a liderança máxima fora das prisões, gerenciando atividades relacionadas à integrantes em liberdade; e o “Geral do Progresso”, responsável por gerenciar, principalmente, a atividade de tráfico de drogas, a manutenção de locais para armazenamento de drogas e armas e a auxiliar familiares de presos ou de membros que estejam passando por dificuldades financeiras.

Cita-se, também, a “Geral da Financeira”, cujos membros são incumbidos de administrar as finanças da organização criminosa, “mantendo vasta rede de contas-correntes para movimentação de valores que compõem o caixa do PCC”<sup>119</sup>, valores estes oriundos do tráfico de drogas dentro e fora das prisões, do tráfico de armas, de furtos, roubos, e aluguel de veículos e armas, além das “cebolas”, que são mensalidades cujos membros são obrigados a pagar, e da venda de rifas.

Há também a divisão geográfica, por meio da “Geral das Comarcas”, que divide o estado do Paraná em regiões, com a função de auxiliar as demais “Gerais”.<sup>120</sup>

Menciona-se a função de “Salvateiro do Estado”, o qual um indivíduo é responsável por atuar como mensageiro, recebendo e repassando os “salves”<sup>121</sup> oriundos das lideranças da organização criminosa.

---

<sup>118</sup> Ibid.

<sup>119</sup> Ibid.

<sup>120</sup> Segundo o Ministério Público, a divisão das Geral das Comarcas coincide com as divisões de DDD telefônico, sendo a “Região 41” referente à Grande Curitiba e Litoral; a “Região 42” à Ponta Grossa e Campos Gerais; a “Região 43” à Londrina e Norte Velho; a “Região 44”, à Maringá e Norte Novo; a “Região 45” À Foz do Iguaçu e Fronteira e a “Região 46” à Pato Branco e Sudoeste. Cf.; Ibid.

O “Resumo da Disciplina” é composto por um grupo de membros com a função de julgar e sentenciar os transgressores das regras impostas pelo Comando, emitindo sanções como exclusões, afastamento e punições físicas, que vão desde lesões corporais até a morte.

Há também o “Livro Branco”, responsável por cadastrar os novos integrantes do PCC pelo processo de “batismo”. Segundo a denúncia, o ingresso de membros à facção se dá no seguinte modo:

O ingresso na organização criminosa se dá mediante convite e indicação de outros membros (padrinhos) e após avaliação positiva de membros dos escalões superiores as pessoas batizadas tornam-se irmãos e assumem um compromisso com o PCC, independentemente se estão presas ou em liberdade<sup>122</sup>.

Por outro lado, o denominado “Livro Negro” coordena as exclusões dos membros do PCC, que podem se dar ou por descumprimento do estatuto, que pode levar a suspensão de 30, 60 ou 90 dias, exclusão sumária ou “decreto”<sup>123</sup>, ou por inadimplência provenientes de dívidas fruto de negociações entre criminosos ou das obrigações com a organização, que podem implicar em exclusão com fixação de prazo para quitação, ou pena de morte.

Por fim, destaca-se a “Geral das Gravatas”, que gerencia a prestação de assistência jurídica aos integrantes da organização criminosa, “contatando e remunerando advogados que se mantêm a disposição para atendimento em casos de prisão em flagrante, bem como acompanhamento de rebeliões”<sup>124</sup>.

No caso específico da Apelação, os denunciados membros da “Geral das Gravatas” foram acusados de extrapolar o legítimo exercício da advocacia, intervir em favor dos membros do PCC nas rebeliões, criar situações prejudiciais nas unidades prisionais e intimidar servidores, “deixando de lado o cumprimento do dever funcional de advogados e exercendo efetivamente função essencial e determinada dentro da estrutura e divisão de tarefas da organização criminosa”<sup>125</sup>.

---

<sup>121</sup> “Salves”, de acordo com o Ministério Público, seriam ordens, reprimendas ou novas diretrizes a serem seguidas por todos os membros do PCC. Cf.; Ibid.

<sup>122</sup> Ibid.

<sup>123</sup> “Decreto” é o termo que se usa para “pena de morte”. Cf.; Ibid.

<sup>124</sup> Ibid.

<sup>125</sup> Ibid.

Observa-se que somente a Apelação nº 1.671.833-7 apresentou relato detalhado sobre a estrutura e o modo de organização do PCC, enquanto outras sete apenas utilizam a expressão “modus operandi da facção” como fundamentação<sup>126</sup>.

### 3.3.4 “Quais as discussões jurídicas que aparecem no acórdão?”

Todos os oito recursos em sentido estrito, como já explanado, foram interpostos pelo Ministério Público do Estado do Paraná contra decisões dos juízos de primeiro grau que concederam a liberdade provisória a presos preventivos em razão da “Operação Alexandria”.

Desse modo, o órgão ministerial alegou, em todos os casos, a existência dos requisitos para a prisão preventiva previsto no artigo 312 do Código do Processo Penal, em vista a garantir a “ordem pública” e “haja vista a gravidade concreta do delito em questão”<sup>127</sup> e sua “repercussão social”. Nos oito recursos, o Ministério Público trouxe à baila a “periculosidade concreta do agente”, em razão de antecedentes criminais, como tráfico de drogas e roubo.

Em síntese, seis acórdãos<sup>128</sup> resultaram em provimento à insurgência ministerial, enquanto dois<sup>129</sup> em denegação do recurso, mantendo a decisão da 8ª Vara Criminal de Curitiba.

Já o *Habeas Corpus* nº 1.745.695-6 também versa sobre ordem de revogação da prisão preventiva por estarem ausentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, o qual dispõe que:

A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria

<sup>126</sup> Os sete acórdãos que citam apenas o “*modus operandi*” da facção são os referentes aos Recursos em Sentido Estrito de nº 1.587.194-0; nº 1.590.306-5; nº 1.643.380-0; nº 1.654.163-6; nº 1.711.264-6; nº 1.714.140-3; e referente ao *Habeas Corpus* nº 1.745.695-6.

<sup>127</sup> Delito referente ao crime de associação criminosa – artigo 2º, caput, c/c parágrafos 2º e 4º, inciso IV, da Lei nº 12.850/13. Cf.; PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1587194-0**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 09/02/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12296337/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1587194-0>> Acesso em: 20/08/2019.

<sup>128</sup> Os acórdãos que resultarem em provimento à insurgência ministerial são os de nº 1.587.194-0; nº 1.590.306-5; nº 1.643.380-0; nº 1.654.163-6; nº 1.711.264-6; e nº 1.714.140-3.

<sup>129</sup> Os acórdãos que negaram provimento ao Recurso em Sentido Estrito foram os de nº 1.709.005-6 e nº 1.625.801-6.

A 5ª Câmara Criminal, contudo, denegou a ordem, em razão da “intensa periculosidade” de todos os membros do PCC.

Observa-se que as celeumas jurídicas que foram identificadas nesta pesquisa versam sobre os requisitos para a prisão preventiva dos acusados de integrar a organização criminosa, as quais serão analisadas mais atentamente nos subtópicos a seguir.

#### 3.3.4.1 Da existência de indícios de autoria (“*fumus comissi delicti*”).

O único ponto de divergência entre as decisões se encontra na presença ou não de “indício suficiente de autoria” para a manutenção da prisão preventiva, denominado pela doutrina jurídica, juntamente à “prova da existência do crime”, de “*fumus comissi delicti*”.

Os indícios de autoria considerados pelo magistrado que decretou a prisão preventiva dos recorridos giram em torno dos cadernos apreendidos pela facção P.S.F., uma das responsáveis pela “Geral das Gravatas”, a qual possuía “uma inequívoca atuação na gestão de advogados a serviço do PCC”<sup>130</sup>. Nestes cadernos havia os seguintes registros acerca dos supostos membros da organização: “nome”, “sobrenome”, “filiação”, “data de nascimento”, “naturalidade”, “crime cometido”, “reprimenda final a ser cumprida” e “informações sobre a execução penal”.

Em sua decisão, o magistrado promoveu a “individualização” da conduta dos mais de setecentos indiciados, utilizando-se dos mesmos fundamentos para, ao menos, todos os casos que apareceram nesta pesquisa.

702. S.O.R.

Verifica-se a existência de indícios suficientes de autoria, que assinalam a participação do investigado na organização criminosa PCC.

Tais evidências decorrem, em especial, de anotações e referências à pessoa do investigado em cadernos utilizados pela facção e apreendidos pela polícia, especificamente no Livro 04, página 83, do material encontrado com a investiga P.S.F.<sup>131</sup>.

Em contrapartida, as decisões judiciais impugnadas pelo Ministério Público que determinaram a expedição de alvará de soltura aos presos preventivos nunca chegaram a

---

<sup>130</sup>PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1587194-0**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 09/02/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12296337/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1587194-0>> Acesso em: 20/08/2019.

<sup>131</sup>Ibid.

realizar um julgamento valorativo acerca da adequação ou não de um nome e demais informações em um caderno da facção como indício de autoria. As fundamentações utilizadas serão apresentadas mais à frente.

Sendo assim, os acórdãos apresentam diferentes abordagens em relação à manutenção ou revogação da prisão preventiva em razão das provas disponíveis nos autos. Dentre os seis julgamentos favoráveis aos recursos ministeriais, destaca-se a posição do magistrado relator do Recurso em Sentido Estrito nº 1.590.306-5:

Observados os breves meandros da organização criminosa singelamente neste, expostos, é de se deixar visualizar de forma ingênua a anotação do nome da recorrida no caderno da facção, pois muito embora pudesse, em cândida análise, parecer apenas uma anotação, em verdade se trata, *prima facie*, de verdadeiro modo de controle da organização sobre seus integrantes.

(...)

O que se trata de indício de autoria é exatamente o fato de a recorrida constar do caderno do controle do “PCC” que, como vimos, não se trata, *prima facie*, de mera anotação, mas patente indício de participação na organização, haja vista o *modus operandi* da facção, como ela se organiza e como se dissemina<sup>132</sup>.

No mesmo entendimento, o voto referente ao Recurso em Sentido Estrito nº 1.643.380-0 afirma-se favorável ao posicionamento de que estão presentes os indícios de autoria em razão das informações contidas nas agendas apreendidas pela COPE, tendo em vista o entendimento doutrinário de que “para a verificação da autoria, para fins de prisão preventiva, não se exige um juízo de certeza”<sup>133</sup>.

Também foi utilizado jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a partir de voto emitido em sede de Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* nº 83179 pelo então ministro Sepúlveda Pertence, que afirmou que “indício não tem sentido específico de prova indireta, mas, sim, o significado vulgar de começo de prova ou prova incompleta, suficiente a alicerçar o juízo positivo de plausibilidade da imputação de fato”<sup>134</sup>.

---

<sup>132</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1590306-5**. Curitiba. Relator: Juiz Ruy Alves Henriques Filho. 27/07/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12398856/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1590306-5>> Acesso em: 20/08/2019.

<sup>133</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1643380-0**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 27/04/2017. Disponível em <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12348342/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1643380-0>> Acesso em: 20/08/2019.

<sup>134</sup> Ibid.



Portanto, o magistrado conclui que “inegavelmente” existem indícios suficientes de autoria para sustentar a prisão preventiva do recorrido, em razão da constatação de que “todos” os membros do PCC possuem “intensa periculosidade”.

Os Recursos em Sentido Estrito nº 1.587.194-0, nº 1.654.163-6, nº 1.711.264-6 e nº 1.714.140-3, bem como o *Habeas Corpus* nº 1.745.695-6 apresentam, exatamente, a mesma fundamentação.

Em sentido contrário, no julgamento do Recurso em Sentido Estrito nº 1.709.005-6, o magistrado relator se deparou com o impasse similar ao exposto nos acórdãos supracitados, porém adotou um enfoque diferente, que consistiu em “examinar com atenção cada caso concreto”, como se demonstra:

No presente caso, como se trata de uma operação que envolveu inúmeras pessoas que supostamente estariam associadas à organização criminosa PCC, notadamente conhecida por ser extremamente perigosa e audaciosa, deve-se examinar com atenção cada caso concreto, se o indivíduo preenche os requisitos e pressupostos que justificam a privação de sua liberdade, orientando-se pelos critérios de necessidade e adequação.

(...)

Verifica-se que inexistem nos autos elementos concretos que justifiquem a imprescindibilidade da custódia cautelar do recorrido, não há qualquer indício de que em liberdade colocará risco a ordem pública ou econômica, ou a eventual aplicação da lei penal<sup>135</sup>.

Corroborando com este entendimento, o acórdão referente ao Recurso em Sentido Estrito nº 1.625.801-6 também negou provimento à insurgência ministerial sob os seguintes fundamentos:

Conforme visto, os dados do acusado constantes de um dos cadernos apreendidos com P.S.F. indicam apenas o seu nome, filiação, data e local de nascimento, unidade prisional em que foi recolhido, tempo restante de pena a cumprir, crime pelo qual fora sancionado e contato telefônico.

Nenhuma referência fora feita mais concretamente acerca do papel por ele exercido na organização criminosa denominada PCC (Primeiro Comando da Capital), porquanto não há qualquer anotação referente a data do suposto “batismo” (dia em que passou a integrar a facção), ao seu número de cadastro na organização, ao nome

---

<sup>135</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1709005-6**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 24/08/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12417869/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1709005-6>>. Acesso em: 20/08/2019.

do padrinho, dentre outras aptas a demonstrar um maior envolvimento com o agrupamento ilícito<sup>136</sup>.

A controvérsia também foi o tema de 292 *habeas corpus* impetrados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná em 17 de setembro de 2018 em favor dos presos denunciados na Operação Alexandria<sup>137</sup>. A notícia veiculada no sítio eletrônico narra que “na maioria absoluta dos casos, simplesmente consta o nome das pessoas nos cadernos apreendidos com pessoas ligadas ao grupo e o fato de estar com o nome no caderno basta para identificar a pessoa como sócio do PCC”.

Além disso, a Defensoria Pública apresentou a tese de inépcia das denúncias referente aos autos da Operação Alexandria, visto que elas são idênticas em todas as ações, de forma que “quase todos foram acusados de participarem do PCC”, não existindo nenhuma forma de identificação de que maneira cada uma dessas pessoas contribuiu para a organização criminoso.

Os defensores pontuaram também que boa parte dos presos estão sendo impedidos de progredir de regime penal em razão da prisão preventiva proveniente da Operação Alexandria.

Conclui-se, portanto, que o valor probatório do conteúdo dos cadernos apreendidos pela Polícia Civil durante a Operação é a uma das principais controvérsias jurídicas identificadas nos acórdãos presentes nesta pesquisa. Os demais serão apresentados brevemente nos subtópicos a seguir.

#### 3.3.4.2 Da periculosidade concreta dos agentes (“*periculum libertatis*”)

Um dos requisitos para a prisão preventiva é a presença do “*periculum libertatis*”, como se depreende do artigo 312 do Código de Processo Penal, o qual autoriza a medida extrema “para a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal”.

---

<sup>136</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1625801-6**. Curitiba. Relatora: Juíza Simone Cherem Fabrício de Melo. 28/09/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12417869/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1709005-6>>. Acesso em: 01/09/2019.

<sup>137</sup> **Operação Alexandria: DPPR impetra 292 *habeas corpus* a favor dos denunciados**. Defensoria Pública do Paraná. 19/09/2018. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/2018/09/1166/Operacao-Alexandria-DPPR-impetra-292-habeas-corpus-a-favor-dos-denunciados.html>>. Acesso em 01/09/2019.

A maioria dos acórdãos, nesse sentido, se posicionaram a favor da manutenção da prisão preventiva para evitar a reiteração delitiva dos réus, em razão do PCC ser uma “organização complexa”, e a desenvolvimento há décadas no país.

No Recurso em Sentido Estrito nº 1.654.163-6, o magistrado da 8ª Vara Criminal de Curitiba, ao revogar a prisão preventiva do réu, fundamentou sua decisão em razão deste possuir residência fixa, trabalho lícito e porquê, mesmo sendo reincidente, “não há informações nos autos de que o requerente tenha se envolvido em novos delitos desde que encerrado o período de cumprimento das penas”<sup>138</sup>.

No entanto, o acórdão aplicou o entendimento de que mesmo que o acusado possua residência fixa, trabalho lícito, e que não haja informações acerca de novas condutas delitivas, “tais motivos, como já se sabe, não são suficientes, por si só, para autorizar o pedido de liberdade, se ainda persistirem os motivos que ensejaram a segregação cautelar”<sup>139</sup>.

Em outro exemplo, no Recurso em Sentido Estrito nº 1.711.264-6, a prisão da recorrida foi revogada, dentre outras razões, por ser “mãe de dois filhos menores de idade”<sup>140</sup>. Contudo, a 5ª Câmara Criminal entendeu que “a simples demonstração de que a recorrida possui um filho de quatro anos e outro de doze anos não é suficiente para o deferimento da medida”<sup>141</sup>.

Portanto, como não foi juntado aos autos as certidões de nascimento dos menores e nem foi provado a imprescindibilidade da acusada ao cuidado de seus filhos, os quais estariam em cuidado da avó materna, o recurso ministerial foi provido e a sua prisão preventiva reestabelecida.

Já no *Habeas Corpus* nº 1.745.695-6 está presente o entendimento de que a “reincidência delitiva é justificativa hábil e idônea para a manutenção da segregação, máxime que o paciente é multireincidente”<sup>142</sup>.

---

<sup>138</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1654163-6**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 18/05/2017. Disponível em <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12357631/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1654163-6>>. Acesso em: 01/09/2019.

<sup>139</sup> Ibid.

<sup>140</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1711264-6**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 16/11/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12463316/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1711264-6>>. Acesso em: 01/09/2019.

<sup>141</sup> Ibid.

<sup>142</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Habeas Corpus nº 1745695-6**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 14/12/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12477195/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1745695-6>>. Acesso em: 01/09/2019.

Em sentido contrário, o julgamento do Recurso em Sentido Estrito nº 1.709.005-6 resultou no seguinte precedente favorável ao acusado:

Além disso, até o presente momento, não há notícia que o recorrido tenha se envolvido em novos delitos, comprovando a defesa que ele possui residência fixa, trabalho lícito, o que demonstra que sua permanência em liberdade não acarretará qualquer risco a garantia da ordem pública, nem tampouco, será inconveniente para a instrução criminal<sup>143</sup>.

Por fim, no Recurso em Sentido Estrito nº 1.625.801-6, a magistrada relatora emitiu voto mantendo a decisão que revogou a prisão preventiva do acusado, por considerar tal medida como excepcional, “que merece ser decretada apenas quando as cautelares diversas do cárcere, elencadas no artigo 319 do Código de Processo Penal, se mostrarem insuficientes como repreensão à conduta imputada”, em vista a comprovação de residência fixa, trabalho lícito e ausência de notícia que o acusado tenha voltado a delinquir.

#### 3.3.4.3 Do excesso de prazo para formação de culpa.

A última celeuma jurídica apresentada é uma das principais questões envolvendo o *Habeas Corpus* nº 1.745.695-6, visto que, na ordem impetrada, a 8ª Vara Criminal de Curitiba foi acusada de constranger ilegalmente a liberdade do paciente, dentre outros motivos, pelo excesso de prazo para formação da culpa, não provocado pela defesa.

A 5ª Câmara Criminal, todavia, não acatou a ordem, visto que “a aferição da razoabilidade da duração do processo não se efetiva de forma meramente aritmética. É necessário ter em conta a complexidade da causa, a atuação estatal e das partes”<sup>144</sup>.

Para o magistrado relator, os processos criminais resultantes da “Operação Alexandria” possuem uma grande quantidade de denunciados, logo, são dotados de alta complexidade, o que não é culpa da defesa, nem da acusação e da atuação do magistrado.

---

<sup>143</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1709005-6**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 24/08/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12417869/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1709005-6>>. Acesso em: 01/09/2019.

<sup>144</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Habeas Corpus nº 1745695-6**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 14/12/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12477195/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1745695-6>>. Acesso em: 01/09/2019.

Observa-se, destarte, que não há desídia do Estado-Juiz. O processo não está paralisado, nem tampouco foram requeridas medidas protelatórias. Pelo contrário. Todos os esforços estão sendo encetados no sentido de que a efetiva prestação jurisdicional seja prestada, com presteza.

Contudo, um feito desta magnitude, por axiomático, não irá tramitar nos termos estabelecidos pela legislação processual. A demora decorre do próprio enredamento da ação penal, consistente na pluralidade de partes e defensores<sup>145</sup>.

A questão não chegou a ser abordada em todos os acórdãos analisadas, porém, nas sete que a abordaram, o entendimento aplicado foi o mesmo, como por exemplo no julgamento do Recurso em Sentido Estrito nº 1.587.194-0, em que foi aplicado e entendimento que “o processo está transcorrendo normalmente, não se averiguando desídia do Estado-Juiz, máxime a natureza extremamente complexa da ação originária”.<sup>146</sup>

---

<sup>145</sup> Ibid.

<sup>146</sup> PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1587194-0**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 09/02/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12296337/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1587194-0>> Acesso em: 01/09/2019.

## 4 A EXISTÊNCIA DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL EM UMA POLÍTICA CRIMINAL NEOLIBERAL

Os neoliberais construíram um monstro; e agora, na hora em que se deve prestar contas, não se podem eximir da responsabilidade<sup>147</sup>.

No capítulo anterior, demonstrou-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reconheceu a existência do Primeiro Comando da Capital no âmbito dos acórdãos referentes à Operação Alexandria, classificando-o como uma organização complexa, hierarquizada e de extrema periculosidade. O principal resultado da pesquisa apresentada foi que a maioria das decisões concluiu pela necessidade da manutenção da prisão preventiva dos réus, a partir de uma generalização: “todos os membros do PCC são perigosos”.

Inclusive, este é o entendimento não só do TJ-PR, mas também do Superior Tribunal de Justiça, como se demonstra no trecho da ementa referente ao *Habeas Corpus* nº 63.029/SP:

Apresentada fundamentação concreta, evidenciada no fato de o paciente integrar organização criminosa com atuação e contatos fora do país e de que a organização da quadrilha, o grau de sofisticação, poder de intimidação (tratam-se de integrantes de células da organização criminosa auto intitulada de Primeiro Comando da Capital – PCC) e poder econômico, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva<sup>148</sup>.

O resultado da Operação Alexandria, até o momento, é significativo: mais de setecentas pessoas foram presas preventivamente. Nesse contexto, a pesquisa mostrou que, ao mesmo tempo em que o Judiciário é capaz de apresentar extenso relatório acerca do modo de organização do Primeiro Comando da Capital, também é de alegar e aplicar constatações genéricas para embasar juridicamente as centenas de prisões preventivas contra supostos membros da facção.

A reflexão que se pretende este capítulo não é a de necessariamente questionar se os acórdãos do Tribunal de Justiça que alegaram que todos os membros do PCC são perigosos tem razão ou não, mas sim buscar compreender qual o contexto político-criminal que permite

---

<sup>147</sup> COUTINHO, J. N. M. **O gozo pela punição** (em face de um estado sem recursos). In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; MORAIS, José Luis Bolzan; STRECK, Lenio Luiz. (Org.). ESTUDOS CONSTITUCIONAIS. 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, v. 1. p. 139.

<sup>148</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 63.029/SP. Distrito Federal. Relator: Ministro Nefi Cordeiro. 27/10/2015. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=63029&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>> Acesso em: 27/10/2019.

tal generalização pelos magistrados. Em outras palavras, existiriam outras razões, além da necessidade de aplicação de uma sanção penal, que levam ao Poder Judiciário à classificar todos os integrantes da facção de tal modo?

#### 4.1 O “COMPROMISSO” DO PODER JUDICIÁRIO NO COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

##### 4.1.1 A criação do “Gabinete Criminal de Crise” pelo TJPR

Primeiramente, importa mencionar a criação do “Gabinete Criminal de Crise” pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, por meio de Portaria nº 4962-D.M. em 10 de dezembro de 2012. O objetivo da referida medida foi a de, declaradamente, colaborar no combate ao crime organizado, promovendo ações preventivas e de interlocução com os setores de inteligência das polícias Militar, Civil, Federal, e Interpol, bem como de assessoramento de juízes<sup>149</sup>.

Fábio Bozza e Jacson Zílio apontaram que a Portaria afrontaria o princípio da independência judicial, em razão da indicação dos nomes dos “juízes naturais” responsáveis por promover as ações do Gabinete<sup>150</sup>. Dessa forma, tais magistrados não tiveram a competência determinada por promoções e remoções, de acordo com os critérios de antiguidade e merecimento previstos no artigo 93, inciso II da Constituição Federal:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

II – promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento (...).

A indicação desses juízes também desrespeitaria o princípio constitucional do “juiz natural”<sup>151</sup>, o qual encontra fundamento no artigo 5º, inciso XXXVII, que dispõe que “*não haverá juízo ou tribunal de exceção*”, e inciso LIII, impondo que “*ninguém será processado*

<sup>149</sup> **TJ cria o Gabinete Especial de Crise.** Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. 14/12/12. Disponível em <[https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset\\_publisher/9jZB/content/tj-cria-o-gabinete-especial-de-crise/18319?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/tj-cria-o-gabinete-especial-de-crise/18319?inheritRedirect=false)>. Acesso em 27/10/2019.

<sup>150</sup> BOZZA, F.; ZILIO, J.L. **O “gabinete criminal de crise no Poder Judiciário do Paraná”**: um exemplo de superação do Estado de Direito pelo Estado de Polícia. *Panóptica* (Vitória), v. 7, 2012. p. 318.

<sup>151</sup> *Ibid.* p. 319.

*nem sentenciado senão pela autoridade competente*”, bem como no artigo 8º do Pacto de São José da Costa Rica<sup>152</sup>.

Os autores citam os ensinamentos de Peter-Alexis Albrecht, o qual afirma que a composição de qualquer juízo deve ser anteriormente determinável, a fim de evitar que a pessoa do Juiz seja escolhida segundo critérios materiais arbitrários. No mesmo sentido segue o pensamento de Claus Roxin, que defende que um órgão de decisão judicial deve ser pré-determinado legalmente, para não haver possibilidade do juiz que decida qualquer causa seja escolhido arbitrariamente segundo critérios não objetivos.

Outra crítica elaborada por Bozza e Zílio é o da “quebra da função garantista inerente ao Poder Judiciário”<sup>153</sup>, fruto de um pensamento que vê a jurisdição como braço direito do Estado de Polícia, possuindo um compromisso com a preservação da “segurança pública”.

A função dos juízes no Estado Democrático de Direito não é a de combater a criminalidade do mesmo modo que as forças de segurança, mas sim a de ser um contrapeso aos demais poderes, Executivo e Legislativo, bem como aos poderes particulares do “mais forte sobre o mais fraco”<sup>154</sup>. Desse modo, a função do juiz é a de garantir e proteger os direitos individuais, criando obstáculos às políticas criminais e aos discursos de primazia da segurança pública. “Do contrário a democracia material do Estado de Direito (que protege as minorias das majorias) seria desmanchada pela democracia formal do Estado Totalitário (que protege as majorias das minorias)”<sup>155</sup>.

Sobre a Teoria do Garantismo Judicial, importa citar o pensamento de Luigi Ferrajoli, especificamente em sua obra “Direito e Razão”. Para o filósofo do Direito, existem duas características fundamentais de todo sistema garantista penal em um Estado Democrático de Direito: a “estrita legalidade” e a “estrita submissão à jurisdição”<sup>156</sup>. Tais atributos servem para diferenciar esta atividade judiciária das demais, visto que cabe ao juiz aplicar a lei a partir de uma hipótese legal, o que se dá a partir de um “raciocínio judiciário”. A jurisdição penal, portanto, é a única que está sujeita ao princípio da estrita legalidade, que vincula o juiz à verdade de seus pronunciamentos.

<sup>152</sup> O inciso número 1 do artigo 8º do Pacto de São José da Costa Rica estabelece que: “Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza”.

<sup>153</sup> BOZZA F.; ZILIO, J.L. O “**gabinete criminal de crise no Poder Judiciário do Paraná**”: um exemplo de superação do Estado de Direito pelo Estado de Polícia. *Panóptica* (Vitória), v. 7, 2012. p. 323.

<sup>154</sup> Ibid. p. 324.

<sup>155</sup> Ibid. p. 325.

<sup>156</sup> FERRAJOLI, L. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. p. 463.



Em consequência, os juízes não devem procurar interesses pré-constituídos, mas sim apenas a aproximação da verdade nas específicas causas julgadas. A atividade jurisdicional diferencia-se da administrativa porque não é subordinada a diretrizes superiores ou orientações políticas, visto que, segundo Ferrajoli, está vinculada somente à lei. O juiz não pode ter qualquer interesse, nem geral e nem particular, ao mesmo tempo que não serve para ser um agente “representativo” ao contrário dos demais poderes da maioria, pois o juiz julga em nome do povo, tutelando as liberdades também das minorias.

O juiz não é propriamente um órgão do Estado-aparato, mas exercita as suas funções, como diz o art. 101 da Constituição italiana, diretamente em nome do povo. E o Poder Judiciário se configura, em relação aos outros poderes do Estado, como um *contrapoder*, no duplo sentido que é atribuído ao controle de legalidade ou de validade dos atos legislativos assim como dos administrativos e à tutela dos direitos fundamentais dos cidadãos contra as lesões ocasionadas pelo Estado<sup>157</sup>.

Ferrajoli conclui que o Poder Judiciário, justamente por não ter essa característica representativa, serve como um “freio” aos poderes eleitos pela maioria. “Nesse sentido a função judiciária é uma garantia de todos os cidadãos contra o mesmo governo representativo”<sup>158</sup>. Por isso, sob o aspecto garantista da jurisdição penal, o Judiciário não poderia ter como uma de suas funções a de auxiliar o trabalho policial em nome da segurança pública, sob a justificativa da necessidade de se combater organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital.

Jacson Zílio e Fábio Bozza alegam que suas críticas à instituição do Gabinete Criminal de Crise no Tribunal de Justiça do Paraná não pretendem banalizar os possíveis motivos que levaram a este ato, porém, não se pode perder de vista que a segurança pública não se trata propriamente de um direito de primeira ou de segunda geração, mas sim consequência da tutela dos direitos individuais, e isso nunca ocorrerá se o Judiciário não se atentar a sua função democrática de garanti-los, sem o pretexto de uma causa de aparente interesse geral como o combate às organizações criminosas.

#### 4.1.2 A suposta instituição do “Juiz sem Rosto” pela Lei nº 12.694/2012

---

<sup>157</sup> Ibid. p. 465.

<sup>158</sup> Ibid. p. 465.

Outra evidência que demonstraria o compromisso do Poder Judiciário com o combate ao crime organizado é a figura do “Juiz Sem Rosto”, em que, no caso brasileiro, debate-se se teria sido ou não instaurada pela Lei nº 12.694 de 24 de julho de 2012, a qual dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas em seu artigo primeiro:

Art. 1º Em processos ou procedimentos que tenham por objeto crimes praticados por organizações criminosas, o juiz poderá decidir pela formação de colegiado para a prática de qualquer ato processual, especialmente:

- I – decretação de prisão ou de medidas assecuratórias;
- II – concessão de liberdade provisória ou revogação de prisão;
- III – sentença;
- IV – progressão ou regressão de regime de cumprimento de pena;
- V – concessão de liberdade condicional;
- VI – transferência de preso para estabelecimento prisional de segurança máxima; e
- VII – inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado.

O “Juiz sem Rosto” é uma expressão utilizada quando o procedimento judicial permite a figura do juiz anônimo, ou seja, que não se identifica em suas decisões<sup>159</sup>. A justificativa de tal instituto é a necessidade de se resguardar a integridade física dos magistrados, que poderiam sofrer atentados promovidos por membros de facções criminosas em razão da aplicação de penas em seus nomes.

A medida foi efetivamente instaurada na Colômbia e no Peru. No caso colombiano, sob o pretexto de que muitos juízes estariam sendo ameaçados por representantes de Pablo Escobar nos anos oitenta, e após chacina no Palácio da Justiça em Bogotá<sup>160</sup>, a figura do juiz sem rosto foi criada por meio do Decreto nº 2700 de 1991, o qual estabeleceu a faculdade de anonimato para juízes e funcionários públicos envolvidos em causas de competências regionais, associadas à delitos provocados por organizações criminosas<sup>161</sup>.

Alexandre Morais da Rosa e Ricardo Conolly, em seu trabalho acerca do “Juiz Sem Rosto”, citam a declaração do jurista italiano Pino Arlachi, dada em audiência pública na Câmara dos Deputados no ano de 2003, acerca do caso colombiano:

<sup>159</sup> MORAIS DA ROSA, A.; CONOLLY, R. **Juiz sem rosto e com medo**: a questão da Lei nº 12.694/2012. *Empório do Direito*. 30/12/2015. Disponível em <<https://emporiiodireito.com.br/leitura/juiz-sem-rosto-e-com-medo-a-questao-da-lei-n-12-694-2012>>. Acesso em 01/11/2019.

<sup>160</sup> Em 6 de novembro de 1985, membros de uma guerrilha ligada à Pablo Escobar invadiram o Palácio da Justiça e mataram onze magistrados, vinte e dois funcionários, sete advogados auxiliares, onze membros da Força Pública e três civis. *Ibid.*

<sup>161</sup> *Ibid.*

O juiz sem rosto é uma instituição colombiana e de outros países da América Latina. Eu, pessoalmente, não concordo com a importação desse método. Acho que a situação brasileira é diferente da colombiana. Conheço bastante bem aquele país e lá a situação é limítrofe, sem extremo no mudo. A justiça sem rosto não é uma justiça normal; não é válida para um país grande e confiante nas próprias possibilidades<sup>162</sup>.

Já em relação ao caso peruano, o anonimato do juiz foi garantido pelo Decreto-lei nº 25.475 de 1992, ou Lei do Terrorismo. Contudo, quando posto em prática, os “juízes sem rosto” culminaram em denúncia elaborada pela organização internacional *Human Rights Watch*, a qual acusou esses magistrados de utilizarem os procedimentos secretos para fazerem justiça arbitrária, condenando inocentes e violando os direitos dos acusados<sup>163</sup>.

No Brasil, a instauração da medida foi proposta em 2003, com o Projeto de Lei nº 87 de 2003, em razão do assassinato dos juízes Antônio José Machado Dias e Alexandre Martins Castro Filho. O autor do projeto, o Senador Hélio Costa defendeu sua proposta afirmando que os magistrados “não podem pagar com a vida o preço de se viver em Democracia”<sup>164</sup>. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, contudo, apresentou parecer a favor da rejeição do projeto, em respeito aos princípios do juiz natural e da publicidade dos atos<sup>165</sup>.

Rosa e Conolly questionam como o réu poderia se defender de um juiz “não natural”, ou seja, escolhido arbitrariamente, se este não é identificado. Já em relação a violação ao princípio da publicidade, a figura do juiz anônimo acabaria por minar o direito ao contraditório e ampla defesa do réu, pois ele não teria informações para utilizar-se de todos os meios de defesa disponíveis pela lei<sup>166</sup>. Citam também a possibilidade de se burlar o princípio da identidade física do juiz, posta pelo artigo 399, §2º do Código de Processo Penal, o qual vincula o juiz que presidiu a instrução processual ao ato da sentença.

A identidade do juiz, portanto, se mostra como um direito do réu, garantido pelo princípio do devido processo legal. Inclusive, a Constituição Federal veda expressamente o anonimato no inciso IV do artigo 5º: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

Anos depois, a Lei nº 12.694 de 2012 foi divulgada como a precursora do “Juiz Sem Rosto”, ao instituir que o magistrado poderia solicitar a formação de colegiado em primeira instância em causas criminais referentes à organizações criminosas, devendo indicar os

---

<sup>162</sup> Ibid.

<sup>163</sup> Ibid.

<sup>164</sup> Ibid.

<sup>165</sup> Ibid.

<sup>166</sup> Ibid.

motivos e circunstâncias que acarretam risco à sua integridade física, em decisão fundamentada. Para Alexandre Morais da Rosa, é parte da atividade do juiz penal o enfrentamento de questões violentas, e a decisão de não subscrever uma decisão sozinho poderia ser interpretado como sinal de covardia.

Observa-se que a lei não instituiu que os juízes não identificassem os próprios nomes nas decisões. Em defesa da proposta, o atual Ministro da Justiça Sérgio Moro, então membro da comissão responsável por redigir o texto da referida lei, afirmou que não se trata da adoção do “Juiz Sem Rosto”, pois os magistrados do colegiado seriam todos identificados, de modo que a única diferença é que haveria mais de um juiz para a decisão de primeiro grau. Para ele, o colegiado beneficiaria a defesa, pois “várias cabeças pensam melhor do que uma. Haverá mais probabilidade de ter um julgamento com maior qualidade e maior profundidade”<sup>167</sup>.

No entanto, o colegiado seria formado pelo juiz original, o juiz natural, e por mais dois juízes escolhidos por sorteio, o que fere o princípio do juiz natural. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, em depoimento dado à Gazeta do Povo, se posicionou contra a medida, lembrando que a competência de um juiz tem de ser fixada em lei anterior ao fato. “Esta regra da nova lei manda definir a competência depois de o crime ter acontecido e de o processo estar andando”<sup>168</sup>.

Uma aproximação ao instituto do “Juiz Sem Rosto”, segundo Rosa e Conolly, pode ser feita ao analisar-se a prerrogativa instaurada pela lei de não identificação de eventual voto divergente. Sendo assim, todas as decisões teriam aparências de unânimes. É direito do acusado tomar conhecimento dos argumentos e fundamentos utilizados, principalmente de voto divergente favorável a ele, visto se tratar de benefício inerente à ampla defesa das partes, que servirá como fundamento ao seu recurso. Além disso, a medida também feriria o princípio do livre convencimento do juiz, que é obrigado a ir contra seu entendimento em relação ao voto divergente<sup>169</sup>.

Desse modo, os autores concluem que a Lei não chega a criar o instituto do juiz anônimo, mas sim a do juízo colegiado em primeiro grau, somente em hipóteses em que o magistrado seja ameaçado por organizações criminosas.

---

<sup>167</sup> NEITSCH, J. **Lei que protege juiz sofre críticas**. Gazeta do Povo. 23/08/2012. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/lei-que-protege-juiz-sofre-criticas-3gt6e4ry8u9wew58gzvfgdgzy/>> Acesso em: 02/11/2019.

<sup>168</sup> Ibid.

<sup>169</sup> MORAIS DA ROSA, A.; CONOLLY, R. **Juiz sem rosto e com medo: a questão da Lei nº 12.694/2012**. Empório do Direito. 30/12/2015. Disponível em <<https://emporiiododireito.com.br/leitura/juiz-sem-rosto-e-com-medo-a-questao-da-lei-n-12-694-2012>>. Acesso em 01/11/2019.

A medida, contudo, voltou à ser objeto de discussões neste ano de 2019 com o Pacote Anticrime proposto por Moro. Ao discutir as mudanças constantes no Projeto de Lei nº 10.372/18, o grupo de trabalho da Câmara dos Deputados aprovou a proposta que prevê que, em processos de crimes praticados por organizações criminosas, o juiz poderá decidir pela formação de colegiado para a decisão de qualquer ato processual<sup>170</sup>. Sendo assim, os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais ficariam livres para criarem varas colegiadas.

Tais varas, no entanto, já estão sendo criadas. No estado do Rio de Janeiro, em julho deste ano, o Tribunal de Justiça fluminense aprovou a criação de uma Vara Criminal especializada “no combate ao crime organizado”<sup>171</sup>, a qual adotará a decisão colegiada com três juízes, um titular da Vara Criminal e outros dois designados pela presidência do Tribunal de Justiça. Esses juízes não seriam identificados durante o processo, somente ao final, na sentença, a fim de garantir-lhes proteção, visto que, ao todo, são 22 magistrados ameaçados por organizações criminosas no estado do Rio de Janeiro e que utilizam escolta policial 24 horas por dia<sup>172</sup>.

A situação é, evidentemente, complexa. Os juízes não só se colocam na posição de combatentes, como também alegam ser vítimas de ameaças e atos de intimidação por, aparentemente, membros de organizações criminosas. Cria-se, então, um ambiente de embate direto entre réus e julgadores, o que dá margens discursivas cada vez maiores para a criação de institutos como “Gabinetes de Crise”, “Varas Especializadas”, juízes anônimos e decisões colegiadas em primeiro grau.

O que se revela, portanto, é que, não só o Tribunal de Justiça do Paraná, mas o Poder Judiciário em um espectro nacional, adquiriu a responsabilidade de combater grupos criminosos, assim como as forças policiais. Os magistrados, inclusive, parecem ser vistos como inimigos pelos membros de facções. Busca-se, portanto, compreender como essa postura beligerante por parte do Judiciário foi permitida, a partir de uma singela revisão bibliográfica acerca da política criminal atual: a neoliberal.

---

<sup>170</sup>PALMA, G. **Grupo aprova texto que prevê utilização de ‘juiz sem rosto’ contra organizações criminosas**. G1. 27/08/2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/27/grupo-aprova-texto-que-preve-utilizacao-de-juiz-sem-rosto-contra-organizacoes-criminosas.ghtml>>. Acesso em 01/11/2019.

<sup>171</sup> **Tribunal de Justiça do Rio aprova criação de vara especializada no combate ao crime organizado**. G1 Rio. 01/07/2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/01/tribunal-de-justica-do-rio-aprova-criacao-de-vara-especializada-no-combate-ao-crime-organizado.ghtml>>. Acesso em 01/11/2019.

<sup>172</sup> Ibid.

## 4.2 O PAPEL DO JUIZ EM UMA POLÍTICA CRIMINAL NEOLIBERAL

Qualquer manifestação do direito penal possui uma determinada orientação política correspondente, assim como quaisquer ações políticas orientadas ao controle da criminalidade, a que se dá o nome de política criminal, decorrem da política geral dos seus respectivos Estados. O direito penal, portanto, seria “reflexo da organização econômica e política do estado que o produz”<sup>173</sup>.

A partir dessa constatação, Fábio da Silva Bozza e Jacson Luiz Zílio citam, superficialmente, exemplos históricos para demonstrar tal correlação: o direito penal como instrumento de submissão do povo ao poder do monarca no Estado absolutista<sup>174</sup>; como limitação ao poder punitivo a partir da incorporação de princípios como liberdade e igualdade a partir do século XVIII<sup>175</sup>; e como forma de combate à criminalidade, fruto do pensamento da criminologia positivista ao fim do século XIX<sup>176</sup>.

Dessa forma, o modelo econômico neoliberal não deve ser visto apenas como um “modo de organização da economia”, mas, principalmente, como um “modelo epistemológico”<sup>177</sup>. Quer dizer, o neoliberalismo, ao ser implantado como ideologia que rege as decisões estatais, invariavelmente determinará uma nova forma de pensar os sujeitos, a política criminal e o direito penal<sup>178</sup>.

A ideologia neoliberal surgiu como contraponto à política do Estado de bem-estar social durante os anos 40, o qual primava pela intervenção estatal na economia para corrigir desigualdades. O pensamento advindo do neoliberalismo, em sentido contrário, acredita que uma sociedade desigual promoveria a vitalidade da concorrência e a liberdade dos cidadãos, o que estimularia o desenvolvimento da nação<sup>179</sup>.

A desigualdade não pode ser entendida apenas como exclusão econômica e social, como o contraste da concentração de riqueza nas mãos de poucos e de pobreza para muitos. Como princípio que fundamenta o neoliberalismo, a desigualdade é uma relação de dissimetria entre competidores no mercado, o que se apresenta como

---

<sup>173</sup> BOZZA, F.; ZILIO, J.; **A influência do neoliberalismo na Política Criminal contemporânea**. In: MARCIA ADRIANA FERNANDES e ROBERTA DUBOC PEDTRINHA (Org.). *Escritos Transdisciplinares de Criminologia, Direito e Processo Penal: Homenagem aos Mestres Vera Malaguti e Nilo Batista*. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, v. 1. p. 387.

<sup>174</sup> Ibid. p. 388.

<sup>175</sup> Ibid. p. 388.

<sup>176</sup> Ibid. p. 388.

<sup>177</sup> Ibid. p. 389.

<sup>178</sup> Ibid. p. 387.

<sup>179</sup> Ibid. p. 390.

elemento favorável à competição e, por consequência, do próprio mercado. Assim, a desigualdade não deve ser entendida como um acidente histórico, mas sim como algo necessário e constituinte de uma organização social neoliberal.<sup>180</sup>

Zílio e Bozza afirmam que, no neoliberalismo, a competição é o que impulsiona a economia de mercado, de forma que “os agentes econômicos neoliberais são preparados para vencer a competição”<sup>181</sup>. Sendo assim, os autores citam a dicotomia apresentada por Bauman entre incluídos e excluídos, de modo que aqueles que seriam considerados “oprimidos” por uma ideologia marxista, na verdade estariam juntos com os “opressores” dentro dos “incluídos”. Dessa forma, ser oprimido pressupõe uma inclusão dentro da sociedade neoliberal, que tem a desigualdade como um de seus pilares fundamentais. Os “excluídos”, nos moldes da teoria de Bauman, não possuem qualquer inserção na sociedade, restando a eles o sistema penal como destino<sup>182</sup>.

É a partir dessa lógica que o “Estado Democrático de Direito” transforma-se em “Estado de Polícia”, promovendo uma política penal de exclusão. Aqui, a pena criminal deixa de ser envolta pelos discursos de ressocialização, para, declaradamente, servir como instrumento de neutralização de classes consideradas perigosas<sup>183</sup>.

A política criminal neoliberal, portanto, tem um objetivo principal: a eficiência<sup>184</sup>. Sua meta é a de promover a tutela eficiente contra aqueles que perturbem os interesses das forças econômicas que se encontram no poder, traduzindo-se como um conjunto de atos políticos a favor dos interesses das classes dominantes. Não é tão interessante para essa política criminal profissionais que pensem criticamente sobre a extensão dos efeitos de suas atitudes, mas sim aqueles que conseguem realizar seu trabalho com a maior eficiência técnica possível. “Não há mais espaço para intelectuais, apenas para burocratas”<sup>185</sup>.

Em relação especificamente à atuação do Judiciário, Zaffaroni alega que as agências judiciais se tornaram “máquinas de burocratizar”<sup>186</sup>. Os juízes, desde o início de seus estudos na faculdade de direito, até quando são recém nomeados para o cargo, recebem treinamento para se tornarem “disciplinados e obedientes burocratas”<sup>187</sup>, esvaziando-se de qualquer

---

<sup>180</sup> Ibid. p. 390.

<sup>181</sup> Ibid. p. 390.

<sup>182</sup> Ibid. p. 391.

<sup>183</sup> Ibid. p. 391.

<sup>184</sup> Ibid. p. 392.

<sup>185</sup> Ibid. p. 391.

<sup>186</sup> ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan. 5ª edição. Janeiro de 2001. p. 141.

<sup>187</sup> Ibid. p. 84.

pensamento ético, visto que “a legitimidade geral do sistema penal não é problema de sua incumbência”<sup>188</sup>.

Durante o seu treinamento, são introjetados sinais de falso poder, como solenidades, tratamentos monárquicos, automóveis com insígnias etc.<sup>189</sup>, o que apenas alimenta o seu sentimento de onipotência e o impede de perceber as limitações de seu poder<sup>190</sup>. Para Zaffaroni, o magistrado constrói sua identidade com bases na agência judicial a qual faz parte, de sorte que recorre à burocratização a fim de não perder seu cargo, vulgo, para “as respostas estereotipadas, a conformidade com os modelos de sempre, a ineficácia treinada através da elevação dos meios a categorias de fins, etc., isto é, tudo o que é bem conhecido e descrito como comportamento obsessivo”<sup>191</sup>.

É com essa mentalidade burocratizada que os juízes expedem mandados de prisões preventivas com fundamentos em abstrações, como no caso da ordem pública, bem como mandados de busca e apreensão sem fundamentação criteriosa, dentre tantas outras ações rotineiras, como exposto por Bozza e Zílio<sup>192</sup>.

Essa “eficiência burocrática” do Judiciário soma-se aos objetivos da política criminal neoliberal de neutralizar os “excluídos”, os que “não podem ser explorados”, as “classes perigosas”. Instaure-se o “Estado de Polícia” e some a cortina que separa o “jugador” do “policial”.

Assim, pois, animados pelo discurso de lei e ordem, que toma conta da nova sociedade de segurança, alguns juízes se colocam no poder investigatório próprio da autoridade policial e das partes, quando não levam tal discurso para programas televisivos de forte poder sensacionalista. Reproduzem, assim, um modelo de direito penal altamente seletivo, desde sempre em funcionamento, em que a figura do inimigo de plantão parece justificar todos os meios repressivos necessários para acalmar os medos contidos numa sociedade pouco acostumada aos ditames democráticos<sup>193</sup>.

Luís Carlos Valois cita a declaração de Michel Foucault no documentário “Foucault por ele mesmo”: “a justiça está a serviço da polícia, historicamente e, de fato,

---

<sup>188</sup> Ibid. p. 83.

<sup>189</sup> Ibid. p. 141.

<sup>190</sup> Ibid. p. 142.

<sup>191</sup> Ibid. p. 142.

<sup>192</sup> BOZZA, F.; ZILIO, J.L. O “gabinete criminal de crise no Poder Judiciário do Paraná”: um exemplo de superação do Estado de Direito pelo Estado de Polícia. *Panóptica* (Vitória), v. 7, 2012.

<sup>193</sup> Ibid.



institucionalmente”<sup>194</sup>. Nesse sentido, o espaço jurídico seria mera continuação do espaço policial, de modo que para o preso, o juiz não só está a serviço da polícia, como é a própria polícia<sup>195</sup>.

É sobre isso que se trata o Estado de Polícia. Todo o ritual processual está em função da força policial, em função de uma política criminal da qual a polícia seria a sua maior manifestação<sup>196</sup>. Valois cita como exemplo o modo como são lavrados os flagrantes e os inquéritos policiais, sem a previsão de contraditório e ampla defesa<sup>197</sup>. Inclusive, a própria população enxerga no policial um juiz, considera qualquer ato cometido por ele legítimo, e espera do magistrado penal que apenas oficialize a condenação que já teria ocorrido nas ruas<sup>198</sup>.

Mas tal afirmação tem um porém: se todos estivessem à mercê da polícia; se todos realmente pudessem ter suas casas invadidas a qualquer momento, sem mandado judicial, sem aviso; se todos pudessem ser parados na rua e revistados; enfim, se todos fossem realmente processados e julgados pela polícia; talvez a população se unisse para fazer valer a Constituição Federal e as garantias individuais que lá estão contra o arbítrio do Estado; talvez uma revolução.

Por isso o réu algemado é um negro, pobre, distante das instituições do Estado desde que nasceu, reprimido por essas instituições quando cresceu<sup>199</sup>.

Valois menciona as pesquisas empíricas do magistrado carioca Rubens Cassara, o qual concluiu que a maioria dos juízes realmente se acha em função da segurança pública, visto que grande parte pensa exercer a função de “grande policial” no processo. O próprio Judiciário também perpetua essa forma de pensar, criando “varas de combate” como as de “combate ao crime organizado” e “combate à violência doméstica e familiar contra a mulher”<sup>200</sup>. O magistrado titular da Vara de Execuções Penais do Amazonas relembra que não se pode ser juiz e combatente ao mesmo tempo, ou ser juiz e estar em função da segurança pública, “ou se é juiz ou se é paladino da justiça”<sup>201</sup>.

#### 4.3 O JUIZ NEOLIBERAL CONTRA O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

---

<sup>194</sup> VALOIS, L. C. **O juiz criminal, armado e militar**. In: Rubens Correia Junior (org.). *Criminologia do cotidiano: críticas às questões humanas através das charges de Carlos Lattuf*. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 169.

<sup>195</sup> Ibid. p. 174.

<sup>196</sup> Ibid. p. 172.

<sup>197</sup> Ibid. p. 172.

<sup>198</sup> Ibid. p. 170.

<sup>199</sup> Ibid. p. 171.

<sup>200</sup> Ibid. p. 177.

<sup>201</sup> Ibid. p. 177.

Especificamente quanto a atuação do Judiciário contra o Primeiro Comando da Capital, a pesquisa realizada com os acórdãos referentes à Operação Alexandria demonstrou uma atuação “eficiente” dos juízes, no sentido de combate à organização criminosa, que se traduz em números: 767 mandados de prisão foram expedidos contra suspeitos de integrarem a facção.

Inclusive, a principal celeuma apresentada diz respeito sobre o indício de autoria que embasou a prisão preventiva dos réus: a presença de seu nome em um caderno apreendido pela polícia durante a Operação. Com exceção de duas decisões que consideraram exacerbada a incidência da medida cautelar, as demais optaram por não “subestimar” o grau de organização e complexidade do PCC, visto como um grupo extremamente perigoso, o que se traduz em cada um dos seus membros. Dessa forma, manter um suspeito de integrar o PCC encarcerado durante o processo, que até o momento ainda não teve fim, seria a medida mais adequada para a garantia da ordem pública.

Percebeu-se que os atos judiciais, não só do Tribunal, mas também do Ministério Público, concederam um tratamento uniforme para todos os mais de 700 suspeitos. As denúncias quando apareciam mencionadas nos acórdãos, no momento de individualização das condutas, eram todas repetitivas, mudando apenas o nome do acusado.

Tais resultados parecem se alinhar com as considerações doutrinárias acerca da política criminal neoliberal. No âmbito do Judiciário, o discurso que assume a existência do Primeiro Comando da Capital é carregado de alegações como “todos seus membros são perigosos”, associando-os ao cometimento de crimes como homicídio, tráfico de drogas e roubo. Se é possível assumir que o Judiciário possui um compromisso com o combate ao PCC, o Tribunal de Justiça do Paraná se mostra, até o momento, como um dos mais eficientes nesta missão.

Jacinto Coutinho ressalta, no entanto, que se o modo de combater o PCC através da via judiciária é fruto da ideologia neoliberal, a própria origem do grupo criminoso se deu por conta de atitudes institucionais neoliberais.

O neoliberalismo possui a tendência de minar as estruturas sociais a partir de setores que não se tem como prioritários, como no caso dos estabelecimentos prisionais<sup>202</sup>. As prisões se tornaram “depósitos humanos”, mas as pessoas ali despejadas não perderem sua

---

<sup>202</sup> COUTINHO, J. N. M. **O gozo pela punição** (em face de um estado sem recursos). In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; MORAIS, José Luis Bolzan; STRECK, Lenio Luiz. (Org.). ESTUDOS CONSTITUCIONAIS. 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, v. 1. p. 139.

inteligência e muito menos sua capacidade de reação em situações extremas, onde já não se tem quase nada a perder<sup>203</sup>.

Desse modo, o PCC seria uma organização que teria surgido como um mecanismo paralelo à sociedade, cuja causa é a soma dos instrumentos de exclusão social neoliberais com o sentimento de humilhação causado por um sistema penal que desrespeita a humanidade de seus condenados, produzindo neles a necessidade de voltar a impor respeito por meio da violência dos seus atos<sup>204</sup>. O neoliberalismo, segundo Jacinto, com os olhos sempre voltados para o consumidor, não coloca em prática políticas de inclusão verdadeiras e sérias<sup>205</sup>, e, como resultado, contribuiu para a criação de uma das maiores organizações criminosas do país.

Neste panorama, Jacinto conclui que os magistrados precisam sair da condição de “justiceiros”. A função jurisdicional é demasiadamente séria, chegando inclusive a lidar com casos de vida e morte, e por isso é essencial que os juízes atuem com responsabilidade<sup>206</sup>. A realidade, no entanto, é que os magistrados descobriram que, em um processo penal inquisitório, é possível até burlar a Constituição com jogos retóricos, de sorte que a carta é branca para exercerem a função de policiais, tão valiosa para a política criminal neoliberal.

---

<sup>203</sup> Ibid. p. 141.

<sup>204</sup> Ibid. p. 144.

<sup>205</sup> Ibid. p. 145.

<sup>206</sup> Ibid. p. 148.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter a “Operação Alexandria” como objeto de estudo implica algumas limitações metodológicas. O inquérito da investigação não se encontra disponível para consulta pública, de modo que os únicos documentos possíveis de se ter acesso são os que os magistrados relataram em suas decisões para fundamentar suas decisões. Contudo, as informações obtidas deste modo foram suficientes para constatar que se tratou de uma Operação de grande impacto para muitos: foram geradas mais de 2000 (duas mil) páginas de relatório policial sobre interceptação telefônica permitida judicialmente, o que resultou na apreensão de 17 (dezessete) cadernos com nomes de supostos integrantes do Primeiro Comando da Capital, e na identificação de 767 suspeitos, aos quais foram expedidos mandados de prisão.

Durante a pesquisa jurisprudencial no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ao buscar conceituar o PCC, um dos acórdãos apresentou a constatação de que o grupo criminoso nunca teve como objetivo melhorar a condição de vida dos presidiários, mas sim controlar a criminalidade, tratando-se de uma organização de alto grau de periculosidade. Sete dos onze acórdãos analisados consideraram o PCC uma “organização complexa, cujos faccionados são responsáveis pela prática de crimes violentos (roubo e homicídio) e de tráfico de drogas e armas, caracterizando, destarte, a intensa periculosidade de todos os seus membros.”

A principal controvérsia presente nos acórdãos disse respeito à presença ou não do “*fumus comissi delicti*” e do “*periculum libertatis*” para a manutenção da prisão preventiva dos réus. No primeiro elemento, a prova da existência de crime e dos indícios suficientes de autoria teriam sido preenchidos pelas anotações do caderno, que constavam o nome dos suspeitos. Nesse sentido, foram localizados entendimentos no sentido de que apenas a presença do nome sem outras informações como “data de batismo” ou qualquer outra informação no caderno que demonstre maior envolvimento com o agrupamento ilícito não seria suficiente para embasar o “*fumus comissi delicti*”, e que, justamente por se tratar de um grupo complexo, deve se analisar com atenção cada caso concreto. Outras, no entanto, enxergaram as anotações dos cadernos como “verdadeiro modo de controle da organização sobre seus integrantes”, não devendo o Tribunal analisá-los de maneira “ingênua”.

Quanto ao “*periculum libertatis*”, a constatação genérica de que “todos os membros do PCC são perigosos” baseia a conclusão de que todas aquelas mais de 700 pessoas seriam uma ameaça à ordem pública. Importa lembrar que, dos 767 suspeitos, 484 já se

encontravam encarcerados, de modo que a decisão impediu a progressão de regime destes detentos durante anos.

A principal conclusão da pesquisa não foi no sentido de se posicionar sobre qual magistrado tem razão e qual não a tem, mas sim que um caso como o deflagrado pela Operação Alexandria, ao chegar nas mãos do Judiciário, possui ampla margem de possibilidades discursivas, de generalizações, posições contrárias, bem como provas e indícios controversos, que embasam prisões preventivas com duração de anos. Dessa forma, se faz necessário analisar a política criminal por trás de todos esses espectros discursivos.

A ideologia neoliberal permeia os atos político-criminais contemporâneos, de modo que seu principal objetivo é a “eficiência”. Trata-se, porém, de uma eficiência “técnica”, ou “burocrática”, embasada por um sistema hierarquizada dentro do Judiciário, aonde não há espaço para pensamento crítico, mas sim para decisões rotineiras aonde a fundamentação teórica não é de tão suma importante. Soma-se esse panorama à constatação de que o neoliberalismo tem como objetivo neutralizar aqueles “que não podem ser explorados”, os “excluídos”, solidificando o Estado de Polícia em detrimento do Estado Democrático de Direito.

O juiz, dessa forma, se tornaria uma extensão da força policial, estando ambos do mesmo lado no combate ao crime organizado. Tal compromisso pode ser demonstrado, por exemplo, com a criação dos “Gabinetes de Crise” no Tribunal de Justiça do Paraná e em outros estados, bem com a instituição do “juiz sem rosto” por meio da possibilidade de se proferir decisões colegiadas em primeiro grau em casos de delitos promovidos por organizações criminosas. Tais posições podem ser lidas como afronte à função garantista do judiciário, defendido por Ferrajoli.

A partir disso, pode-se chegar a conclusão de que, talvez, uma das funções não declaradas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se tornou o combate ao Primeiro Comando da Capital. No entanto, aqui se mostra importante rememorar o trabalho da antropóloga Karina Biondi. O PCC tornou-se uma organização de caráter “transcendental”, ou seja, ele não se mantém por meio de vínculos territoriais estáveis, mas sim pela existência de uma força autônoma representada pela presença da sigla “1344”, dos “salves”, das decisões das “torres” etc. O lema da “igualdade”, segundo a antropóloga, tornou possível a manutenção de focos de poder sem vinculá-lo a um indivíduo específico, ou seja, o PCC manteria a sua existência independentemente das relações entre os “irmãos”.

Inclusive, segundo estudiosos do fenômeno, o PCC teria surgido como um instrumento de autoproteção dos encarcerados frente ao ambiente hostil em que eram

confinados. Seu discurso, portanto, é impregnado de rígidos valores, procurando legitimar seus crimes em nome dos “oprimidos pelo sistema”. Cria-se, portanto, uma forma de criminalidade impregnada de ideologia.

A partir disso, o presente trabalho encerra-se com os seguintes questionamentos: como o Estado pode combater, de modo eficiente, uma ideologia? Se o Judiciário assume esse compromisso junto com as forças policiais, punir e encarcerar o indivíduo por fazer parte de uma “transcendência”, em nome da “ordem pública”, realmente possui resultados efetivos contra a existência do PCC? Se a ideologia da facção criminosa surgiu por conta do modo da punição do Estado contra os encarcerados, é prudente confiar que o Judiciário, o qual invariavelmente se utilizará das mesmas formas de punição rechaçadas ideologicamente pelo grupo, será um combatente efetivo contra o PCC?

Se a atuação, não só do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mas como de todo o Poder Judiciário, é realmente eficiente em relação aos objetivos que alega possuir, não se sabe ao certo. O que é possível afirmar, a partir do estudo da Operação Alexandria e das centenas de prisões preventivas que dela derivaram, é que o estado do Paraná provou ser bastante eficiente “burocraticamente” e “tecnicamente”. E isto, para a ideologia neoliberal, é o suficiente.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, S.; SALLA, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC.** *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61.
- BIONDI, K. **Junto e Misturado:** uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010
- BIONDI, K. **Tecendo as Tramas do Significado:** As Facções Prisionais enquanto Organizações Fundantes de Padrões Sociais. In: GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza.
- BOZZA, F.; ZILIO, J.; **A influência do neoliberalismo na Política Criminal contemporânea.** In: MARCIA ADRIANA FERNANDES e ROBERTA DUBOC PEDTRINHA (Org.). *Escritos Transdisciplinares de Criminologia, Direito e Processo Penal: Homenagem aos Mestres Vera Malaguti e Nilo Batista*. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, v. 1.
- BOZZA F.; ZILIO, J.L. **O “gabinete criminal de crise no Poder Judiciário do Paraná”:** um exemplo de superação do Estado de Direito pelo Estado de Polícia. *Panóptica (Vitória)*, v. 7, 2012.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 63.029/SP.** Distrito Federal. Relator: Ministro Nefi Cordeiro. 27/10/2015. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=63029&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>> Acesso em: 27/10/2019.
- BUOSSI, M. **Secretário admite publicamente a existência do PCC.** Folha de São Paulo. 19/02/2001. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22556.shtml>> Acesso em: 09/05/2019.
- COUTINHO, J. N. M. **O gozo pela punição** (em face de um estado sem recursos). In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; MORAIS, José Luis Bolzan; STRECK, Lenio Luiz. (Org.). *ESTUDOS CONSTITUCIONAIS*. 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, v. 1.
- DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência:** expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 386 f. Tese (Doutorado

em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIAS, C. N; SALLA, F. A. **Organized crime in Brazilian prisons: the example of the PCC.** International Journal of Criminology and Sociology, v. 2, p. 397-408, 2013

FERRAJOLI, L. **Direito e razão: teoria do garantismo penal.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

JOZINO, J. **Cobras e Lagartos.** Rio de Janeiro: Objetiva. 2004.

JUSTI, A.; VIANNA, J. **Polícia do PR cumpre 767 mandados contra facção que atua em presídios.** G1 PR. 17/12/2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/12/policia-do-pr-cumpre-757-mandados-contrafacao-que-atua-em-presidios.html>> Acesso em 10/08/2019.

MANSO, B. P. **A Guerra.** Revista Piauí, Brasil. 30/01/2017. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-guerra/>>. Acesso em 08/11/2019.

MORAIS DA ROSA, A.; CONOLLY, R. **Juiz sem rosto e com medo: a questão da Lei nº 12.694/2012.** Empório do Direito. 30/12/2015. Disponível em <<https://emporiiododireito.com.br/leitura/juiz-sem-rosto-e-com-medo-a-questao-da-lei-n-12-694-2012>>. Acesso em 01/11/2019.

**MP-PR denuncia 778 pessoas por integrarem organização criminosa.** G1 PR. 16/02/2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/02/mp-pr-denuncia-778-pessoas-por-integrarem-organizacao-criminosa.html>>. Acesso em 10/08/2019.

NEITSCH, J. **Lei que protege juiz sofre críticas.** Gazeta do Povo. 23/08/2012. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/lei-que-protege-juiz-sofre-criticas-3gt6e4ry8u9wew58gzvfgdgzy/>> Acesso em: 02/11/2019.

**Operação Alexandria: DPPR impetra 292 habeas corpus a favor dos denunciados.** Defensoria Pública do Paraná. 19/09/2018. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/2018/09/1166/Operacao-Alexandria-DPPR-impetra-292-habeas-corpus-a-favor-dos-denunciados.html>>. Acesso em 01/09/2019.

PAES MANSO, B.; NUNES DIAS, C. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil.** São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.



PALMA, G. **Grupo aprova texto que prevê utilização de ‘juiz sem rosto’ contra organizações criminosas.** G1. 27/08/2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/27/grupo-aprova-texto-que-preve-utilizacao-de-juiz-sem-rosto-contra-organizacoes-criminosas.ghtml>>. Acesso em 01/11/2019.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Apelação Criminal nº 1671833-7.** Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 14/09/2017. Disponível em: < <http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12427765/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1671833-7#>>. Acesso em: 15/08/2019.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Habeas Corpus nº 1745695-6.** Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 14/12/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12477195/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1745695-6>>. Acesso em: 15/08/2019.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso de Agravo em Execução Penal nº 1737608-8.** Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 07/12/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12475903/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1737608-8#>>. Acesso em: 15/08/2019.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1590306-5.** Curitiba. Relator: Juiz Ruy Alves Henriques Filho. 27/07/2017. Disponível em: < <http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12398856/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1590306-5>> Acesso em: 17/08/2019.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1587194-0.** Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 09/02/2017. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12296337/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1587194-0>> Acesso em: 20/08/2019.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1643380-0.** Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa. 27/04/2017. Disponível em < <http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12348342/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1643380-0>> Acesso em: 20/08/2019.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1625801-6**. Curitiba. Relatora: Juíza Simone Cherem Fabrício de Melo. 28/09/2017. Disponível em: <  
<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12417869/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1709005-6>>.  
 Acesso em: 01/09/2019.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1654163-6**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 18/05/2017. Disponível em: <  
<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12357631/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1654163-6>>.  
 Acesso em: 01/09/2019.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1711264-6**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 16/11/2017. Disponível em: <  
<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12463316/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1711264-6>>.  
 Acesso em: 01/09/2019.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. **Recurso em Sentido Estrito nº 1709005-6**. Curitiba. Relator: Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa. 24/08/2017. Disponível em: < <http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12417869/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1709005-6>>. Acesso em: 20/08/2019.

**Rebelião em prisão de Manaus deixa 56 mortos**. DW. 02/01/2017. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/rebeli%C3%A3o-em-pris%C3%A3o-de-manaus-deixa-56-mortos/a-36976308>>. Acesso em 08/05/2019.

REDE TVT. “**Não tem como pensar em combater o PCC**”. 2019 (7m45s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=kjoFQdXpTU8>>. Acesso em 08/11/2019.

**TJ cria o Gabinete Especial de Crise**. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. 14/12/12. Disponível em <[https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset\\_publisher/9jZB/content/tj-cria-o-gabinete-especial-de-crise/18319?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/tj-cria-o-gabinete-especial-de-crise/18319?inheritRedirect=false)>. Acesso em 27/10/2019.

**Tribunal de Justiça do Rio aprova criação de vara especializada no combate ao crime organizado**. G1 Rio. 01/07/2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/01/tribunal-de-justica-do-rio-aprova-criacao-de-vara-especializada-no-combate-ao-crime-organizado.ghtml>>. Acesso em 01/11/2019.

VALOIS, L. C. **O juiz criminal, armado e militar.** In: Rubens Correia Junior (org.). Criminologia do cotidiano: críticas às questões humanas através das charges de Carlos Lattuf. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

**Você sabe qual a biblioteca mais antiga do mundo?** Portal PUCRS. 07/06/2010. Disponível em <<https://biblioteca.pucrs.br/curiosidades-literarias/voce-sabe-qual-a-biblioteca-mais-antiga-do-mundo/>> Acesso em 10/08/2019

ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas:** a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan. 5ª edição. Janeiro de 2001.